

### 3. A natureza da integração 1

as dimensões sociais da crise agrária

Shepard Forman

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A natureza da integração 1: as dimensões sociais da crise agrária. pp. 52-106. ISBN: 978-85-7982-002-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

### **3. A Natureza da Integração 1: As Dimensões Sociais da Crise Agrária**

Há uma crise agrária de tremendas proporções no Brasil contemporâneo. De um lado, é um problema econômico que diz respeito à posse da terra, ao uso da terra e ao suprimento de produtos alimentícios e de outras mercadorias para a nação brasileira. Por outro lado, é um problema social que envolve as relações interpessoais de homem a homem. Este também é um problema político, não somente porque se trata alocação do poder e da formulação do dispositivo político com relação aos recursos, mas também porque ele clama que se ponha fim a uma condição intolerável na qual vive uma grande massa de pessoas.

A crise agrária não é absolutamente recente. Ela existe há séculos, como veremos, e apenas agora tornou-se mais premente pelo acelerado ritmo das mudanças socioeconômicas. Na medida em que a nação brasileira caminha rapidamente ao longo da via da industrialização e que os níveis de crescimento urbano ultrapassam aqueles das áreas rurais, cresce também a demanda sobre o setor agrícola. Estas demandas se refletem na economia nas esferas da produção, da distribuição e do consumo, todas elas atingidas por uma comercialização intensificada e mudanças concomitantes no perfil da estrutura agrária.

Em 1950, cerca de 33,2 milhões de pessoas, ou aproximadamente 64 por cento do total da população brasileira, viviam em áreas rurais. Destas, quase trinta milhões de pessoas, ou 57 por cento da população nacional, dependiam diretamente da agricultura para sua sobrevivência (CIDA 1966:56). Apesar de dez anos de contínuo crescimento industrial e urbano, mais de 50 por cento da população da nação estava localizada nas áreas rurais em 1960, e ainda hoje o Brasil é uma nação essencialmente agrária. Apesar destas cifras, a crise agrária que o Brasil atualmente enfrenta não é consequência nem de pressões populacionais absolutas sobre a terra, nem das limitações naturais na disponibilidade de terra que, teoricamente, é abundante. Grandes áreas da nação, tais como o Estado do Amazonas e as vastas fronteiras do Norte e do Noroeste, encontram-se, em grande parte, despovoadas e somente agora está se dando atenção significativa a sua exploração. Mesmo ao longo do litoral, onde se concentra a grande massa

da população brasileira, os recursos em terra estão frequentemente subutilizados. Por exemplo, há aproximadamente 3,8 milhões de propriedades agrícolas no Brasil, ocupando cerca de 350 milhões de hectares, o que representa apenas cerca de 40 por cento da massa de terra total brasileira. Menos de 20 por cento desta terra está sendo efetivamente utilizada na agricultura (IBRA 1967:36).

Na essência, o problema agrário brasileiro reflete a desigualdade nos padrões de distribuição de terra e a posição favorecida do latifúndio na competição por terra e trabalho dentre os diferentes setores da economia rural. O padrão dominante de posse e de uso da terra no Brasil foi, e continua sendo, o da grande propriedade engajada na produção comercial para o mercado exportador. As lavouras que experimentaram vertiginosa expansão — açúcar, café, algodão, cacau e borracha — continuam a prosperar nas regiões específicas do Brasil onde, um dia, elas já tiveram seu ápice. Suas esferas de influência podem ter diminuído no mercado internacional, mas elas ainda dominam grandes áreas do Brasil rural, e cada grande região do país orgulha-se de sua especialidade de exportação. Por exemplo, o açúcar é o principal produto dos vales úmidos do Nordeste e de São Paulo, expandindo-se constantemente em direção aos planaltos vizinhos na medida em que vai “engolindo” as pequenas fazendas no caminho. Do mesmo modo, o café é o “rei” na região oeste de São Paulo e do Paraná, e a sua fronteira de desenvolvimento agora avança pelo vizinho Paraguai. Além disso, novas lavouras comerciais tais como sisal e coco, que tiveram por objetivo democratizar o sistema agrícola, também exigem vastas propriedades e vieram a ocupar grandes extensões de terra devido a novas pressões do mercado.

A literatura disponível sobre o Brasil rural geralmente retrata este domínio da produção para exportação em grandes propriedades como sendo simplesmente uma consequência do sistema arcaico de posse e de uso da terra. Os latifúndios são vistos como um mal herdado do sistema colonial de sesmarias e a pobreza rural é explicada como um legado da escravidão. No entanto, o sistema atual de posse e de uso da terra no Brasil não representa meramente uma regressão a uma ordem socioeconômica anterior mas sim uma resposta às realidades econômicas contemporâneas. Já no período colonial, pretendia-se que as grandes propriedades de exploração agrícola constituíssem unidades economicamente viáveis num ambicioso sistema

capitalista que atendia às demandas de um mercado internacional, como vimos no capítulo precedente.

As pequenas fazendas que cresceram em torno deste setor agrícola dominante voltado para a exportação, supriam as grandes propriedades assim como os germinantes centros urbanos com produtos alimentícios e outros produtos primários, e constituíram uma parte importante da dinâmica histórica econômica, cujo estudo revelará o processo acelerado de integração camponesa no sistema econômico nacional e internacional através dos tempos. Na verdade, as duas tendências, atualmente correlatas, de crescente concentração de domínios agrícolas<sup>1</sup> (CIDA 1966 passim; Diegues Jr. 1959a: 38) e de proletarianização das massas rurais acompanham as exigências da economia dos mercados nacional e internacional, um processo de racionalização que será discutido em detalhes no próximo capítulo.

O levantamento cadastral realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) demonstra o extremo desequilíbrio do sistema de posse e uso da terra no Brasil. Segundo o IBRA, 76 por cento das propriedades registradas no Brasil pertencem a pequenos proprietários, ou minifundiários, que operam pequenas fazendas familiares com menos terra que seria necessário para absorver a força de trabalho total de quatro membros adultos da família e, conseqüentemente, para garantir a subsistência da família.<sup>2</sup> Estas 2,5 milhões de propriedades não-econômicas estão contidas numa área total de terra de somente 40 milhões de hectares,

---

<sup>1</sup> Há algum desacordo entre a questão da “concentração” versus “atomização” das propriedades no Brasil. O desacordo é, em parte, resultado das estatísticas precárias, na medida em que leis que dizem respeito a impostos e expropriação levam à “fragmentação” em várias propriedades do registro de muitos latifúndios, que são, efetivamente, unidades integrais. A taxa de concentração versus atomização também varia entre as microrregiões brasileiras, e depende, em grande parte, da competição entre safras para exportação/pecuária e gêneros alimentícios (Prado 1960:199-209; ver também Johnson 1970).

<sup>2</sup> A medida de terra efetivamente usada pelo IBRA é chamada de “módulo”, e não representa uma medida fixa em hectares de terra. Ao contrário, a quantidade de terra é definida como aquela necessária para utilizar a mão-de-obra total de quatro trabalhadores adultos e para mantê-los em um nível compatível com os objetivos nacionais de bem-estar (geralmente indefinidos). O tamanho varia de Estado para Estado e de região para região, de acordo com o salário-mínimo estipulado para cada região. O salário-mínimo é, no entanto, em geral consideravelmente inferior ao que os trabalhadores consideram necessário para mantê-los num padrão de vida adequado. Ver Ludwig e Taylor (1969) para uma discussão mais detalhada sobre as medidas de terra utilizadas pelo IBRA.

menos de 14 por cento da área total registrada como propriedade privada. Em acentuado contraste, um grupo de apenas 150 grandes proprietários, ou latifundistas, possui uma área total de terra de cerca de 32 milhões de hectares, sendo que cada um deles possui mais de 100.000 hectares, na sua grande parte inexplorados e mantidos apenas com objetivos especulativos (1967:vii, passim).

Contudo, a relação inversa entre a proporção de área cultivada e o tamanho da propriedade como vemos no quadro 1 não representa adequadamente a extensão da crise agrária no Brasil. Enfatizando a gravidade da situação, Frank calcula que, em 1950, 62 por cento do povo dependente da agricultura para sua subsistência eram trabalhadores rurais sem terra. Se aqueles cujas terras não são economicamente viáveis forem incluídos, o número de trabalhadores agrícolas, de fato sem terras, sobe para 81 por cento (Frank 1968:249). A situação é essencialmente a mesma hoje em dia.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O CIDA calculou, em 1950, o número de lavradores em situação desfavorável no Brasil, em quase sete milhões e meio, ou quase cinquenta e nove por cento dos trabalhadores empregados no campo no Brasil. Isto representa aproximadamente três milhões e meio, ou sessenta e cinco por cento das famílias de agricultores (1966:132), e alcança quase setenta por cento do Nordeste (ibid., 136). Uma discussão importante do efeito da consolidação da terra sobre o desemprego na economia cafeeira encontra-se em Margolis, 1973:77.

Quadro 1. Número, área total e área cultivada de fazendas declaradas por tamanho – 1967

| Tamanho da fazenda (em hectares) | Nº de fazendas | Porcentagem do total | Área total possuída (hectares) | Porcentagem do total | Área Cultivada (hectares 1,000) | Porcentagem do total |
|----------------------------------|----------------|----------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------|
| Abaixo de 10                     | 1,202,663      | 36.3                 | 5,568                          | 1.8                  | 3,316                           | 2.3                  |
| 11 – 100                         | 1,728,303      | 51.5                 | 57,101                         | 18.6                 | 27,516                          | 17.8                 |
| 101 – 1,000                      | 375,879        | 11.5                 | 105,852                        | 34.5                 | 52,189                          | 34.5                 |
| 1,001 – 10,000                   | 39,276         | 1.0                  | 97,355                         | 31.7                 | 42,144                          | 30.4                 |
| 10,001 – 100,000                 | 1,628          |                      | 35,973                         | 11.7                 | 11,847                          | 13.7                 |
| Mais de 100,000                  | 27             |                      | 5,401                          | 17                   | 1,854                           | 1.3                  |
| TOTAL                            | 3,347,776      | 100.0                | 307,250                        | 100.0                | 138,866                         | 100.0                |

Fonte: IBRA 1967.

Seria errôneo caracterizar o regime agrário brasileiro, na sua totalidade, em termos destas categorias tão discrepantes. Entre os dois extremos de minifúndio e de latifúndio existem inúmeras fazendas familiares de tamanho médio e muitas propriedades altamente eficientes operadas com base em trabalho assalariado e numa variedade de arranjos de parceria ou de arrendamento.<sup>4</sup> Não obstante, um exame do quadro 2 demonstra que o síndrome minifúndio/latifúndio ainda prevalece no Brasil, onde o sistema de posse da terra é surpreendentemente uniforme, apesar das consideráveis variações ecológicas regionais (CIDA 1966:84-85). O único contraste notável aparece na distribuição das terras fronteiriças no Norte e no Centro-Oeste, onde há, proporcionalmente, pequenas propriedades em menor quantidade. Mais de 70 por cento destas terras estão concentradas em propriedades de mais de 1.000 hectares, obviamente refletindo a exagerada extensão da especulação com a terra e da subutilização dos recursos nestas duas regiões.

Enquanto o recenseamento agrícola mostra um grande aumento no número de pequenas fazendas e, portanto, uma redução no tamanho médio das fazendas, na década que se seguiu a 1950, o padrão global permanece essencialmente o mesmo. O aumento na extensão das pequenas fazendas se explica pelo estabelecimento de muitos pequeníssimos lotes de menos de 10 hectares em terras marginais, sobretudo em áreas de novas colonizações. O fato é logo empalidecido pela concentração de áreas muito mais extensas em um número menor de grandes propriedades.<sup>5</sup> O quadro 3 mostra dados

<sup>4</sup> Segundo o estudo do CIDA, existem aproximadamente 647.000 proprietários de “fazendas familiares” no Brasil. Uma fazenda tipo familiar tem terra suficiente para sustentar uma família em um padrão de vida satisfatório pelo trabalho de seus membros. De duas a quatro pessoas trabalham na fazenda em regime de tempo integral, sendo que a maior parte do trabalho rotineiro é executado pelos próprios membros da família proprietária. No relatório cadastral de 1967, estas “propriedades eficientes” foram classificadas como empresas rurais, mas constituíam menos de dez por cento do número total de propriedades rurais (Ludwig e Taylor 1969:6).

<sup>5</sup> Entre 1950 e 1960 houve um aumento de mais de um milhão de fazendas dentro de uma área total de 33,2 milhões de hectares de terra. A maior parte delas tinha menos de dez hectares cada, e somente dois por cento tinha mais de duzentos hectares. As 788.000 novas pequenas fazendas ocuparam um adicional de 2,9 milhões de hectares, enquanto que 21.000 novas fazendas com mais de duzentos hectares controlavam outros 14,7 milhões de hectares adicionais. Sessenta e cinco novas fazendas de mais de cinco mil hectares representavam um adicional de 7,6 milhões de hectares de terra (CIDA 1966:90). Segundo o CIDA, somente

sobre as mudanças na distribuição de propriedades por tamanho entre 1920 e 1960.

É verdade que alguns autores enfatizam a tendência para a fragmentação de propriedades no Brasil (Schuh 1970:149). É, no entanto, difícil determinar até que ponto o suposto desdobramento de grandes propriedades não passa de uma ficção legal. Apesar de que algumas fazendas tenham sido indubitavelmente divididas através do tempo, há uma tendência prevalecente, na classe proprietária de terras brasileira, para operar as propriedades como unidades econômicas inteiras depois da herança, apesar de que, para efeito de impostos, estas são frequentemente registradas como fazendas separadas, pertencentes a vários herdeiros individuais. Além disso, a propriedade de múltiplas fazendas nas mãos de uma só família não é levada em conta no censo agrícola (CIDA 1966:90ff.), especialmente quando as propriedades estão localizadas nas divisas dos municípios. Se alguma tendência de fragmentação for evidente no Brasil, ela pressagia um processo ainda muito demorado, e como o estudo do CIDA observa: “Não é consolo para um parceiro ou para um trabalhador sem terra em 1963 saber que dentro de 250 anos todas as fazendas poderão ter se tornado substancialmente menores”(ibid., 101).

O plano trienal elaborado pelo Governo brasileiro em 1962 reconhecia que o maior impedimento para o desenvolvimento agrícola estava justamente na distribuição desigual da propriedade e na consequente subutilização dos recursos agrícolas (Brasil: Presidência da República, 1962). Na verdade, um sistema socioeconômico no qual o acesso aos recursos estratégicos tais como terra, trabalho e crédito é função da capacidade que um proprietário de terra tem de manipular o meio social e natural, simplesmente perpetua a discrepância entre os que têm e os que não têm.

A maioria de pequenos proprietários no Brasil opera com recursos inadequados e, conseqüentemente, sua produtividade torna-se agudamente

limitada. Como já se observou anteriormente, algumas das grandes fazendas no Brasil são operações altamente comercializadas, que utilizam os métodos agrícolas mais modernos. Não obstante, 73 por cento de todas as fazendas em 1950 empregavam exclusivamente o trabalho humano. Elas usavam enxadas, facões e machados como seus únicos equipamentos. Naquele tempo somente 27 por cento de todas as fazendas usavam animais de tração, e 82 por cento destas fazendas estavam localizadas mais ao sul do país, evidenciando a extensão da paleontecnologia (Wolf 1966) que caracteriza a maior parte da agricultura praticada por camponeses brasileiros. Um total de 78 por cento de todas as fazendas não tinham arados, e 98 por cento não tinha tratores (CIDA 1966: 76-77). Somente 116.000 estabelecimentos agrícolas tinham energia elétrica, gerada, na metade destes, por motores a diesel especialmente adaptados (Schuh 1970: 170). A maior porção de terra em cultivo era limpa pela técnica de queimada, frequentemente acusada de ser predatória ao solo e que, de qualquer modo, não consegue efetivamente limpar um lote de tocos e de outros empecilhos, tornando difíceis tanto o plantio quanto a colheita. Poucas produções camponesas utilizam fertilizantes ou novas sementes, ambos geralmente não disponíveis.

---

dois por cento da terra é usado para lavoura, e oitenta por cento é conservado na forma de floresta em propriedades de mais de 100.000 hectares. Em propriedades de dez hectares, mais de sessenta por cento da terra é utilizado na agricultura. Ver as páginas 333-34 (passim) sobre a viabilidade de pequenas fazendas no Brasil, em face de sua contribuição agregada à dieta doméstica, da intensidade do uso da terra, de insumos por hectares e do uso da poupança para investimento (relação entre a posse da terra e o uso da terra).

**Quadro 2. Número e área total percentual possuída pelas fazendas declaradas por tamanho e região – 1967.**

| Tamanho da fazenda (em hectares) | Norte              |                         | Nordeste           |                         | Leste              |                         | Sul                |                         | Centro-Oeste       |                         |
|----------------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|
|                                  | Número de fazendas | Área total possuída (%) | Número de fazendas | Área total possuída (%) | Número de fazendas | Área total possuída (%) | Número de fazendas | Área total possuída (%) | Número de fazendas | Área total possuída (%) |
| Abaixo de 10                     | 10,209             | 0.2                     | 321,373            | 2.3                     | 387,573            | 2.5                     | 467,089            | 3.4                     | 16,419             | 0.1                     |
| 11 - 100                         | 32,559             | 5.4                     | 292,223            | 18.4                    | 504,001            | 25.8                    | 823,562            | 34.2                    | 75,958             | 3.8                     |
| 101 - 10000                      | 11,622             | 17.4                    | 89,021             | 43.6                    | 125,501            | 46.1                    | 94,696             | 35.9                    | 55,039             | 22.4                    |
| 1000 - 10000                     | 3,668              | 41.1                    | 7,606              | 29.3                    | 7,145              | 21.5                    | 7,413              | 22.1                    | 13,444             | 46.9                    |
| 10001 - 100000                   | 223                | 21.7                    | 185                | 6.2                     | 156                | 4.1                     | 142                | 4.3                     | 922                | 25.0                    |
| Acima de 100000                  | 16                 | 14.2                    | 1                  | 0.2                     |                    |                         | 1                  | 0.1                     | 9                  | 1.8                     |
| TOTAL                            | 58,297             | 100.0                   | 710,409            | 100.0                   | 1,024,376          | 100.0                   | 1,392,903          | 100.0                   | 161,791            | 100.0                   |

60

**Quadro 3. Mudanças na Distribuição de Propriedades por tamanho e número, 1920-1960**

| Tamanho da fazenda (em hectares) | 1920              |                          | 1940              |                          | 1950              |                          | 1960              |                          |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
|                                  | Número (1 milhão) | Área (hectares 1 milhão) | Número (1 milhão) | Área (hectares 1 milhão) | Número (1 milhão) | Área (hectares 1 milhão) | Número (1 milhão) | Área (hectares 1 milhão) |
| Abaixo de 10                     | -                 | -                        | 654.6             | 2.9                      | 710.9             | 3.0                      | 1.499.5           | 5.9                      |
| 10-100                           | 463.9             | 15.7                     | 957.4             | 33.1                     | 1.052.6           | 35.6                     | 1.494.5           | 47.7                     |
| 100-10,000                       | 158.0             | 48.4                     | 243.8             | 66.2                     | 268.2             | 75.5                     | 315.1             | 86.                      |
| 1,000-10,000                     | 24.6              | 65.5                     | 26.5              | 62.0                     | 31.0              | 73.1                     | 31.2              | 72.8                     |
| Acima de 10,000                  | 1.7               | 45.5                     | 1.3               | 33.5                     | 1.6               | 45.0                     | 1.7               | 52.7                     |
| TOTAL                            | 648.2             | 175.1                    | 1,904.6           | 197.7                    | 2,064.6           | 232.2                    | 3,349.5           | 265.5                    |

Fonte: IBRA 1967

61

Quando um camponês se propõe a aumentar sua produtividade, ele tenta fazê-lo através do emprego adicional de trabalho sobre uma área maior, em lugar de tentar empregar o capital para intensificar a produção nas terras disponíveis. Naturalmente, ele dispõe de pouco capital para investimento, e praticamente não há crédito para a substituição de equipamentos ou para inovações. Existem algumas associações de fomento agrícola estaduais ou federais, tais como a ABCER (Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural),<sup>6</sup> mas de maneira geral elas oferecem sementes e demonstrações técnicas aos fazendeiros maiores, e não concedem virtualmente nenhum empréstimo em dinheiro ou equipamento. Até hoje, elas têm trabalhado sobretudo com fazendeiros de boa situação financeira ou com colônias agrícolas; o setor camponês praticamente não se beneficiou de sua experiência.

Durante o ano em que realizei meu trabalho de campo, nunca vi aberto o escritório da associação estadual de fomento no município em que residia. Os agentes de extensão mantinham uma fazenda para demonstração da utilização de fertilizantes nas maiores plantações de coco, mas não havia fertilizante à venda num raio de oitenta quilômetros. Havia algumas agências de crédito, mas as limitadas quantias de dinheiro que controlavam eram concedidas apenas às elites. Por exemplo, o Banco da Produção de Alagoas anunciou, em 1967, que concederia empréstimos a pequenos e médios fazendeiros no Nordeste brasileiro a uma taxa de juros de um por cento ao mês. Quando um fazendeiro iniciava o processo necessário para a concessão do empréstimo, o funcionário do banco fazia um estudo de seus recursos, e determinava a sua possibilidade de saldar o empréstimo com base nos seus rendimentos sobre o dinheiro adiantado, e *não* com base em outras fontes de renda. Teoricamente, nenhuma garantia era exigida, e donos de propriedades de qualquer tamanho podiam fazer o pedido, desde que fossem proprietários de terra. Esta estipulação eliminou imediatamente os parceiros e arrendatários, e a maior parte do campesinato que operava minifúndios e que não poderiam garantir um retorno imediato do empréstimo. Na realidade, os únicos empréstimos disponíveis para estes camponeses eram aqueles concedidos por um patrão ou por associações cooperativas de poupança e crédito, que às vezes operavam em nível

---

<sup>6</sup> Para uma análise das agências brasileiras de fomento, ver Schuh (1970:240fs.), Ribeiro e Wharton (1969) e CIDA (1966).

municipal, mas que limitavam seus desembolsos a “fundos de reposição” (Wolf 1966) e a doações em casos de falecimento.

Não é apenas o tamanho dos lotes e a falta de tecnologia moderna que cerceiam a produtividade nas fazendas de camponeses; a qualidade do solo e a duração da ocupação também causam problemas. O solo no Brasil não é geralmente de qualidade excepcional, sendo pequeno o teor de nutrientes e muito alto o teor de acidez. As melhores terras são aquelas das grandes propriedades altamente subutilizadas, mantidas sob a forma de pastagens ou de florestas como uma garantia especulativa contra a inflação. A agricultura intensiva é realizada pelos minifundiários, que ficam, portanto, com a carga e concentram a produção de gêneros alimentícios nas terras marginais suprimindo uma nação cuja população global cresce mais do que três por cento anualmente. Mesmo que a produção de gêneros alimentícios pareça estar acompanhando o ritmo do crescimento da população, os aumentos na verdade derivam da expansão de pequenos lotes em áreas recém-colonizadas, em vez de resultar das melhorias do rendimento nas fazendas existentes. Essa situação aumenta as dificuldades logísticas do suprimento de alimentos, na medida em que essas novas áreas frequentemente não estão integradas nas existentes estruturas de comercialização. Nos casos em que se coloca terra de boa qualidade à disposição dos camponeses, geralmente para abrir áreas florestais desejadas por proprietários para produção de safras comerciais, os contratos de ocupação temporária oferecidos aos camponeses não incentivam o investimento sistemático nem de trabalho nem de capital (problema que será discutido em maior detalhe mais adiante).

O aspecto mais saliente da crise agrária no Brasil, é, no entanto, o conjunto de relações de dependência engendradas pelas desigualdades do sistema de distribuição de terras; isto é, o acesso diferencial ao recurso mais estratégico do sistema econômico. A predominância de lavouras de exportação em grandes fazendas nas várias regiões da nação proporcionou o surgimento de toda uma gama de padrões de posse da terra e de diferentes ajustes de produção pelos quais o trabalhador sem terras ou o pequeno arrendatário se sujeita à hegemonia do grande proprietário.

Historicamente, e sob pressões ecológicas diversas, desenvolveu-se na paisagem brasileira uma interminável variedade de tipos camponeses

engajados num grande espectro de atividades econômicas.<sup>7</sup> Há, por exemplo, consideráveis divergências aparentes nos estilos de vida do vaqueiro do Nordeste, do criador de gado dos pampas do Sul, do seringueiro da Amazônia, do pequeno proprietário do Agreste, do jangadeiro e do apanhador de cocos ao longo do litoral. Não obstante, do ponto de vista sociocultural, também há muitas semelhanças entre esses tipos rurais; cada um deles trabalha como produtor de bens, e, ao mesmo tempo, como trabalhador para um membro da classe alta dominante: e compartilham, eles todos, da mesma visão sobre suas possibilidades no sistema agrário predominante. Como observa Bernard Siegel:

Seja qual for a região, cada um é uma variação do *caboclo* rural. Cada um tem um *status* no conjunto tradicional de relações interpessoais cuja estrutura é determinada pela natureza da atividade econômica à qual ele se dedica. A forma que isto toma varia de região para região e de atividade econômica para atividade econômica. Todos estes vários arranjos regionais são, de modo geral, similares (1955:399).

Numa grave denúncia feita contra a classe proprietária de terras brasileira, o CIDA afirma que cada uma destas formas rurais resulta das manobras do proprietário da terra que quer manter a terra sob seu controle e para fazer arranjos a ele favoráveis:

... Os latifundiários ajustaram astutamente os termos de emprego para satisfazer suas necessidades, tentando manter um suprimento de mão-de-obra adequado e dependente, protegendo-se dos direitos e das reivindicações do trabalhador, e mantendo a mão-de-obra desorientada, de maneira a não se tornar uma ameaça à estrutura de propriedade existente (1966:195).

## Tipos de Trabalho Rural

O estudo do CIDA adota a posição de que todos os arranjos de posse da terra pelos camponeses no Brasil devem ser vistos como formas de utilização de uma força de trabalho por uma classe dominante de

<sup>7</sup> Descrições folclóricas destes tipos rurais podem ser encontradas em uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística intitulada *Tipos e Aspectos do Brasil* (1930); ver também Diegues Jr. (1960).

proprietários.<sup>8</sup> Cada um dos tipos de trabalhador rural é visto como uma variante da classe assalariada com direitos e obrigações diferentes, mas que pendem favoravelmente para o lado do proprietário. Por exemplo, diz-se que parceiros e arrendatários estão sujeitos a contratos não-escritos nos quais não se especifica nem o tamanho do lote nem as exigências de trabalho. O proprietário extrai o maior volume possível de trabalho de um campesinato faminto, que recebe parcas recompensas em dinheiro ou em espécie pelo trabalho na terra.

... emerge em várias áreas do país um padrão geral de desatenção sistemática aos direitos dos trabalhadores rurais, desde o arrendatário até o trabalhador migrante, de consistente evasão de legislação do trabalho, de desrespeito pelo bem-estar econômico e pessoal dos trabalhadores e de manobras indisfarçadas para defraudá-los sempre que possível (1966:297).<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Andrew Gunder Frank acredita que estas relações proprietário-trabalhador no Brasil sejam estruturadas dentro de um contexto de capitalismo monopolístico, de tal modo que os não-proprietários, e mesmo os pequenos proprietários, são obrigados a comprar o acesso à terra através da venda de seu trabalho. Ele classifica da seguinte maneira as formas de venda do trabalho:

- (1) Venda de trabalho por salários em dinheiro (trabalhador assalariado);
- (2) Venda de trabalho por produto (pagamento em espécie);
- (3) Venda do trabalho em troca do uso da terra (rendeiro) e pagamento com dinheiro (arrendatário) e pagando com produto (parceiro) e pagando com trabalho (trabalho forçado, não-remunerado) (1967:264-65)

Manuel Diegues Jr. oferece uma classificação similar de tipos de trabalho rural no Brasil, baseado nas resultantes formas de remuneração:

- (1) Os que recebem salários em dinheiro e são chamados de *assalariados*, ou trabalhadores assalariados;
- (2) Os que são remunerados em espécie, isto é, trabalhadores que recebem em gêneros para a sua alimentação, e que podem plantar alguns produtos a fim de obter outros recursos para sua subsistência;
- (3) Os que são total ou parcialmente remunerados, com permissão para plantio de cultura de subsistência, pertencendo-lhes a colheita, e, em troca, dão ao proprietário, na lavoura principal da fazenda, alguns dias de trabalho; e
- (4) Os que recebem uma quota-parte da produção podendo ser essa remuneração em produtos ou em dinheiro, sistema esse que representa uma forma de parceria, embora não se caracterize integralmente como tal pela ausência de contrato ou acerto mais definitivo e de prazo fixo (1959a:87).

<sup>9</sup> Os posseiros são os tipos rurais brasileiros mais desatendidos. Eles simplesmente se mudam para um pedaço de terra, que cultivam de maneira rudimentar até que sejam forçados a partir ou a fazer um acordo com o proprietário, e aí tornam-se servidores na propriedade de



A meu ver, é absolutamente necessário distinguir entre (a) arranjos econômicos feitos pelos trabalhadores assalariados e os proprietários de terras na base de pagamento em moeda viva pelos serviços prestados, e (b) as relações quase-legais em que se engajam parceiros e arrendatários que ficam amarrados ao proprietário por algum arranjo contratual, escrito ou não, e que envolva direitos à terra. Teoricamente, os camponeses podem alocar recursos agrícolas da forma que melhor lhes sirva quando possuem alguma aparência de controle sobre a terra que cultivam e sobre seu próprio trabalho, embora, na prática, isto não aconteça sempre. O mesmo não se aplica aos trabalhadores assalariados, que estão alienados das decisões sobre a produção e simplesmente trocam o seu trabalho por dinheiro. Além do mais, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários reagem cada um diferentemente às pressões do mercado, interno ou externo, assim como ocorre com os assalariados cujo meio de sustento é afetado diretamente pelo comércio exportador. Fato muito importante para as nossas discussões subsequentes é notar que cada um destes tipos de camponeses rurais tem necessidades basicamente diferentes, que procuram atender fazendo reivindicações políticas diferentes.

Veremos nas discussões dedicadas à participação política do camponês brasileiro, no capítulo Cinco, que houve um notável fracasso na tentativa de se conseguir a união entre os trabalhadores agrícolas nos tumultuados anos de 1946 (época da fundação da primeira liga camponesa) a 1964 (o golpe militar brasileiro), devida basicamente às diferenças fundamentais entre estes tipos rurais brasileiros. Só poderia ser conseguida ação coletiva decisiva por parte de todos os camponeses através de um programa tão amplo que abarcasse as necessidades diversas de todos os trabalhadores rurais. Um tal programa nunca se concretizou, e uma unidade bastante tênue foi forjada apenas entre os líderes de alguns movimentos rurais distintos.

---

um patrão. *Agregados* ou *moradores*, como vieram a ser conhecidos os posseiros, eles não têm qualquer direito à terra. Recebem uma pequena roça e, às vezes, são autorizados a construir uma casa em troca de seus serviços. Um morador ou agregado não paga aluguel, mas tem de vender sua colheita ao proprietário da terra. Também é obrigado a dar vários dias de trabalho por semana – a *condição* – para uma tarefa específica pela qual recebe um salário geralmente menor do que o salário-mínimo legal.

Antes de passar à descrição de cada um dos tipos de camponeses que existem no Brasil rural, é, no entanto, necessário esclarecer um problema básico. De uma perspectiva estritamente empírica, qualquer tipologia bem definida de trabalhadores agrícolas, desmembrada em categorias separadas de arrendatários, parceiros, e trabalhadores assalariados é totalmente insuficiente no contexto brasileiro. Há, evidentemente, uma grande mistura de papéis econômicos entre estes, fenômeno que resulta dos baixos salários e das limitadas oportunidades econômicas na pequena fazenda. Por exemplo, um indivíduo pode possuir uma pequena gleba e, ao mesmo tempo, ser um arrendatário, um parceiro, um empregado e/ou um assalariado em propriedades agrícolas diferentes.<sup>10</sup> Ele, ou um membro de sua família, também pode estar trabalhando como um intermediário no mercado, vendendo sua colheita ou as colheitas de seus vizinhos na feira local; ou trabalhando como um artesão em madeira, couro, palha, metais ou uma variedade de outros produtos artesanais locais. Com o rápido declínio das formas cooperativas de troca de trabalho, o camponês brasileiro frequentemente contrata trabalho assalariado para a limpeza do terreno e o plantio, e, em compensação, vende o seu próprio trabalho quando já completou as tarefas na sua própria terra. Isto é particularmente verdadeiro entre os minifundiários, cuja gleba é pequena demais para empregar todos os membros adultos de sua família o tempo todo.

Há, além do mais, uma grande mobilidade dentro do setor agrícola, isto é, entre os diferentes tipos de empreendimentos produtivos, de modo que arrendatários e parceiros na zona da lavoura mista do Nordeste migram para os vales úmidos do litoral para cortar cana-de-açúcar na época da colheita (Furtado 1965a:49). Existe mesmo migração sazonal do Nordeste para as fazendas de café no Centro-Sul. No entanto, mesmo que um camponês individual se submeta a estes arranjos múltiplos de posse da terra de modo a satisfazer as necessidades econômicas de sua unidade familiar, um destes papéis econômicos claramente domina os demais, e ele manifestará, frequentemente, a sua preferência por uma das modalidades.

---

<sup>10</sup> Ver CIDA (1966:186, 261fs.) e Frank (1967:234fs.) para uma análise mais detalhada dos tipos agrícolas “entrelaçados” do Brasil rural. Para um excelente comentário sobre os efeitos da consolidação da terra em diversos acordos de trabalho na economia cafeeira, ver Margolis (1973:70fs, 127fs).

**Quadro 4. Estratificação Socioeconômica da População Agrícola do Brasil (Força de Trabalho), 1950 (em milhares)**

| Famílias de agricultores     |        |             | Trabalhadores agrícolas |             |
|------------------------------|--------|-------------|-------------------------|-------------|
| Grupo socioeconômico         | Número | Porcentagem | Número                  | Porcentagem |
| Latifundistas (produtores):  |        |             |                         |             |
| Proprietários                | 45.5   |             | 135.1                   |             |
| Arrendatários                | 1.7    |             | 4.9                     |             |
| Ocupantes                    | 9      |             | 2.6                     |             |
| Formas mistas de posse       | 1.4    |             | 4.1                     |             |
| Produtores com administrador | 47.9   |             | 142.6                   |             |
| Total                        | 97.4   | 1.8         | 289.3                   | 2.3         |

Produtores de fazendas de porte médio de diversas famílias:

|                              |       |      |         |      |
|------------------------------|-------|------|---------|------|
| Proprietários                | 579.4 |      | 1,871.8 |      |
| Arrendatários                | 22.5  |      | 71.8    |      |
| Ocupantes                    | 29.7  |      | 96.5    |      |
| Formas mistas de posse       | 12.3  |      | 40.4    |      |
| Produtores com administrador | 50.7  |      | 163.8   |      |
| Total                        | 694.6 | 12.9 | 2,244.3 | 17.8 |

Produtores em empresas familiares:

|                              |       |      |         |      |
|------------------------------|-------|------|---------|------|
| Proprietários                | 647.2 |      | 1,886.2 |      |
| Arrendatários                | 58.8  |      | 171.9   |      |
| Ocupantes                    | 75.8  |      | 221.3   |      |
| Formas mistas de posse       | 11.9  |      | 55.3    |      |
| Produtores com administrador | 13.4  |      | 40.0    |      |
| Total                        | 807.1 | 14.9 | 2,354.7 | 18.7 |

Administradores e técnicos em empresas dos três tipos acima:

|                                    |       |     |       |     |
|------------------------------------|-------|-----|-------|-----|
| Administradores                    | 112.0 |     | 112.0 |     |
| Técnicos e trabalhadores especiais | 274.4 | 5.1 | 277.2 | 2.2 |

|       |       |     |       |     |
|-------|-------|-----|-------|-----|
| Total | 274.4 | 5.1 | 277.2 | 2.2 |
|-------|-------|-----|-------|-----|

População agrícola menos favorecida:

|                              |         |       |         |       |
|------------------------------|---------|-------|---------|-------|
| Produtores em minifúndios    |         |       |         |       |
| Proprietários                | (265.7) |       | (648.2) |       |
| Arrendatários                | (98.8)  |       | (240.2) |       |
| Ocupantes                    | (93.4)  |       | (227.8) |       |
| Formas mistas de posse       | (3.8)   |       | (9.1)   |       |
| Produtores com administrador | (3.4)   |       | (7.9)   |       |
| Total de produtores          | 461.1   | (8.6) | 1,133.2 | (9.0) |

Trabalhadores:

|  |           |        |           |        |
|--|-----------|--------|-----------|--------|
| Administradores e trabalhadores especiais em minifúndios | (6.4)     | (1)    | (6.5)     | (1)    |
| Parceiros  | (800.6)   | (14.8) | (1,245.6) | (9.9)  |
| Trabalhadores permanentes                                |           |        | (1,420.9) | (11.2) |
| Trabalhadores temporários                                | (2,258.6) | (41.8) | (2,308.4) | (18.2) |
| Outros trabalhadores                                     |           |        | (1,333.2) | (10.6) |
| Total de trabalhadores                                   | 3,065.6   | (56.7) | 6,314.6   | (50.0) |

|  |         |      |         |      |
|--|---------|------|---------|------|
| Total de produtores e de trabalhadores | 3,530.7 | 65.3 | 7,447.8 | 59.0 |
|--|---------|------|---------|------|

|                                   |         |       |          |       |
|-----------------------------------|---------|-------|----------|-------|
| Todas as famílias e trabalhadores | 5,404.2 | 100.0 | 12,613.3 | 100.0 |
|-----------------------------------|---------|-------|----------|-------|

Fonte: CIDA 1966:132.

Arrendamento

Muito embora arrendatários representem somente uma pequena proporção da população agrícola total do Brasil rural, como foi

demonstrado no Quadro 4, o arrendamento é, não obstante, uma categoria extremamente importante de trabalho agrícola. Por exemplo, foi o deslocamento de arrendatários dependentes por proprietários que não mais se contentavam em trocar sua terra, por aluguel e serviços que levou ao rápido crescimento das ligas camponesas através do Brasil nos anos 1950 e 1960, como veremos adiante no capítulo Cinco. Existem, naturalmente, muitas grandes propriedades de renda que foram acertadamente incluídas na categoria de “empreendimentos rurais”, que são definidas como propriedades viáveis produzindo safras comerciais com trabalho contratado. No entanto, a grande maioria dos arrendatários detêm pequenas glebas, ou são minifundiários, que recebem um pedaço de terra em troca de pagamento em dinheiro e da promessa inevitável de trabalho adicional na propriedade.

Estes contratos de arrendamento variam consideravelmente de região em região, e dependem das diversas lavouras. Por exemplo, há casos em que o aluguel é pago inteiramente em mão-de-obra, embora tais arranjos raramente sejam desejados pelo próprio arrendatário. No Estado de São Paulo, transações que envolvam mais de 20 hectares de terra exigem o pagamento adiantado em dinheiro de pelo menos 50 por cento do preço estipulado por contrato, o resto sendo pago em dinheiro ou em espécie depois de vendida a colheita. Os engenhos de açúcar no Nordeste frequentemente colocam terras em aluguel em troca de uma porcentagem da colheita, além de pagamento em dinheiro.

O total dos pagamentos a título de arrendamento é, naturalmente, função do valor da terra, determinado nela sua qualidade, produtividade e proximidade aos mercados urbanos ou indústrias rurais. Em áreas remotas e marginais da nação, os aluguéis são frequentemente muito baixos, às vezes não ultrapassando uns poucos centavos por tarefa (designação de medida de terra em vários Estados do Nordeste, que varia de 3.052 metros quadrados em Alagoas a 4.350 metros quadrados na Bahia). Invariavelmente, no entanto, os dias de trabalho que o arrendatário tem que dar ao proprietário da representam um pesado ônus para o camponês. Esta instituição, conhecida como “*condição*” ou “*cambão*”, é comum em todo o Brasil e na realidade serve para extrair uma paga muito maior dos miseráveis arrendatários. Embora tenha sido inicialmente concebida como uma forma de *corveia* para a manutenção de trabalhos públicos, tais como estradas e

açudes, ela logo se degenerou numa forma chocante de trabalho não-remunerado para a produção de safras comerciais em fazendas privadas.

O líder exilado das Ligas Camponesas Brasileiras, Francisco Julião, ressalta a importância crucial das exigências de trabalho do tipo *corveia* feitas aos arrendatários no estabelecimento da primeira liga na Fazenda Galileia, no Estado de Pernambuco:

O costume era pagar no dia 8 de dezembro de cada ano o aluguel ou taxa estipulada pelo proprietário da terra. Além disso, o arrendatário era obrigado a dar certo número de dias de trabalho não-remunerado ao proprietário quando este exigisse. O número de dias variava de acordo com o desejo de cada latifundiário. Mas nunca eram menos de quatro nem mais de quinze naquela região. Estes dias de trabalho não pagos eram chamados de *cambão* no Nordeste. O arrendatário não era obrigado a fazer o *cambão* pessoalmente, exceto quando o proprietário assim o exigisse, por um capricho ou para aborrecer o arrendatário e para expulsá-lo das terras. O arrendatário podia mandar um filho ou pagar a um terceiro para cumprir esta obrigação odiosa. O proprietário insistia que o *cambão* era um tributo que beneficiava a todos, na medida em que a sua finalidade era limpar os riachos e os açudes ou manter as estradas ou outros serviços de manutenção da propriedade. Mas o que deveria ter sido a regra foi, com o tempo, transformando-se em exceção, na medida em que os arrendatários acabavam trabalhando junto com trabalhadores pagos por dia na preparação dos campos, no plantio, na limpeza e na colheita. Pode-se dizer que o número de dias exigido era pouco no espaço de um ano. O problema não estava no número de dias, mas na humilhação e na vergonha que significa para o camponês trabalhar contra a sua vontade, sem pagamento, para um senhor ao qual ele já estava pagando um aluguel em dinheiro por sua gleba. De todas as exigências feitas ao camponês no Nordeste não temos dúvida de que o *cambão* é a que tem o menor peso material, mas a que mais toca a sua honra, a que mais o humilha e o envergonha. Por esta razão, o *cambão* transformou-se na centelha que acendeu a consciência do camponês no Nordeste, e que o transformou num animal político (1968:86).

Não pode haver dúvidas que os termos de contrato são sempre favoráveis ao proprietário, que pode até ditar quais os produtos que serão cultivados, e quando. Geralmente cabem aos próprios arrendatários as decisões relativas ao cultivo de safras destinadas à subsistência, ou à venda

no mercado local. Mesmo assim, estas estão sujeitas a algumas restrições, tais como proibições ao plantio de lavouras ou de árvores frutíferas que tenham um ciclo longo de crescimento, o que indicaria um longo período de permanência para o arrendatário. Da mesma forma, os arrendatários eram proibidos de criar gado nas terras arrendadas, para que os seus animais não competissem no pasto com o gado do proprietário.

Em todos os casos, as decisões do arrendatário são condicionadas pela duração estipulada no contrato, sempre sob constante ameaça de expulsão sumária. As ligas camponesas e outras associações rurais registraram inúmeras queixas de expulsão imediata que são raramente, mesmo jamais, levadas a julgamento. Os camponeses têm poucos recursos quando são expulsos das terras pelos capangas armados dos ricos, que enfatizam a urgência de sua demanda destruindo as safras e às vezes até mesmo as casas do arrendatário. Em nenhum caso um proprietário permite que um arrendatário permaneça na terra por um período de tempo que passe de dez anos, a partir de quando as leis de usufruto dariam ao arrendatário direitos permanentes.

Um dos contratos de arrendamento dos mais satisfatórios, descritos por Diegues Jr., existe na região do cacau do sul do Estado da Bahia:

O proprietário dá ao trabalhador um pedaço de terra, geralmente de 20 a 50 tarefas que o trabalhador deve preparar e devolver ao proprietário cinco ou seis anos mais tarde, plantado com cacauzeiros. Durante este período, o arrendatário pode usar a terra para o plantio temporário de mandioca, feijão, ou milho, cujos ganhos a ele pertencem. No final daquele período, ele recebe uma remuneração estipulada por cada cacauzeiro que plantou. Ele não tem qualquer outro direito sobre a terra que cultivou (1959b:118).

O contrato de arrendamento é uma das melhores formas que o proprietário dispõe para o preparo de terras cobertas de mata que ele quer incorporar às áreas cultivadas de sua propriedade. Do seu ponto de vista, as vantagens são consideráveis sobre um sistema de trabalho assalariado. Em essência, o inquilino é forçado a pagar pelo direito de trabalhar e de alimentar a si e a sua família. As terras geralmente disponíveis para o desbravamento são cada vez mais distantes dos povoados, o que aumenta as dificuldades logísticas que o camponês já tem de enfrentar. Ele não pode construir uma casa ou mesmo uma instalação provisória na terra, precisa

viajar vários quilômetros, frequentemente a pé, para cultivar um pequeno pedaço de terra que dificilmente produz o suficiente para proporcionar-lhe um excedente comerciável.

Frequentemente o contrato de arrendamento é oferecido já bem tarde na estação, depois que o proprietário das terras determinou as suas próprias necessidades de produção, forçando, portanto, o inquilino a contratar assalariados para ajudá-lo a desmatar a terra em tempo para o seu plantio. O dinheiro para o pagamento dos assalariados geralmente provém da venda de carvão feito de árvores derrubadas e queimadas, num processo longo que também atrasa o plantio de gêneros alimentícios. O carvão é vendido em parceria, na qual o arrendatário é obrigado a dar 50 por cento de seu lucro ao proprietário. Depois ele semeia uma pequena plantação, que não é feita em fileiras arrumadas, e sim espalhada entre os tocos de árvores e pedras que não sucumbiram à queimada, e se apressa a fazer a colheita antes do término de seu arrendamento, que expira ao final de apenas um ano.

Em alguns casos, o pobre arrendatário não consegue nem chegar ao término do ano. Eu anotei um incidente particularmente triste no Estado nordestino de Alagoas em 1967, no qual um velho arrendou quatro tarefas de terra pela modesta quantia de Cr\$ 40.000,00 cruzeiros (velhos — aproximadamente 20 dólares naquela época). O contrato de arrendamento, que não era escrito, previa que ele preparasse a terra e a utilizasse para uma única colheita. O arrendatário levou aproximadamente vinte dias para preparar cada tarefa, ou seja, mais de três meses de trabalho na operação total de preparo, e mais outras três ou quatro semanas para semear. Impossibilitado de realizar sozinho a colheita a tempo, e sem meios para contratar mão-de-obra, ele foi finalmente obrigado a vender a mandioca, antes da colheita, para o proprietário das terras por Cr\$ 150.000,00. As quatro tarefas de terra na verdade renderam 200 cuias de farinha de mandioca (sete cuias em cada saco), ou pouco menos de um total de trinta sacos de farinha, avaliados em Cr\$ 10.000 por saco. O proprietário da terra então recebeu um lucro líquido de Cr\$ 190.000,00 cruzeiros, além de mais quatro meses de trabalho não remunerado e uma área preparada e pronta para ser arada. Ele não teve qualquer gasto com a colheita da mandioca ou com o preparo da farinha, pois estas duas atividades foram realizadas com o trabalho da corveia de outros arrendatários. O velho, por outro lado, recebeu um total de Cr\$ 110.000,00 cruzeiros em indenização por mais de

quatro meses de trabalho, menos da metade do salário-mínimo diário de Cr\$ 2.000 cruzeiros vigente na região na época.

Por que o camponês se sujeita a este tipo de contrato de arrendamento? Simplesmente porque não tem outras alternativas numa nação na qual os recursos da terra são rigidamente controlados e os trabalhadores do campo precisam da terra para poder alimentar suas famílias. A oferta de terra no Brasil é reduzida, não porque haja quaisquer limitações de caráter absoluto em relação à terra cultivável, mas porque o acesso às terras está rigidamente limitado. Não é de se admirar que alguns camponeses cheguem ao extremo de plantar coqueiros em terras sujeitas à maré designadas de domínio eminente. Já que eles não podem ser proprietários de terra, poderão, ao menos, reivindicar posse sobre as árvores e seus poucos frutos. E outros, ainda mais desesperados, prolongam uma existência melancólica pegando caranguejos e outros crustáceos que encontram nos mangues.

Em 1964, conheci um pescador que, não conseguindo encontrar um pedaço de terra para arrendar, construiu uma pequena ilha, de um quarto de hectare, no mangue, empilhando lama contra a água da maré. Lá plantou uns pés de milho, melancia, e um pouco de mandioca, e os regava diariamente carregando cuias d'água fresca do poço do povoado, para isso caminhando cinco quilômetros. Para chegar ao terreno ele tinha de atravessar diversas pontes que havia construído com velhas toras. Um dia ele me levou para ver sua "fazenda". Parado em cima de uma dessas toras e batendo no chão, ele me perguntou: "Por que vocês bombardeiam as pontes?" — "Nós fazemos isto", respondi sombriamente, "porque o meu país está em guerra e o exército quer impedir que o inimigo as atravesse". "Se eles vierem aqui e bombardearem as minhas pontes, eu vou ter que ser inimigo do Senhor", respondeu ele, afastando-se em direção ao mangue.

## Parceria Agrícola

O regime da parceria é uma outra categoria importante do trabalho agrícola no Brasil, apesar de os parceiros representarem somente 14,8 por cento das famílias sitiantes, ou seja, 1,2 milhões de indivíduos (9,9 por cento do número total de trabalhadores em fazendas) na força de trabalho

agrícola total no Brasil em 1950 (CIDA 1966:132). Os contratos de trabalho deste tipo são comuns na produção de várias lavouras tais como de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, café, açúcar e na criação de gado e na indústria da pesca (Forman 1970). Ajustes específicos variam de região para região, e de cultivo para cultivo.<sup>11</sup>

De certo modo, o parceiro pode ser visto como um trabalhador assalariado, que recebe em pagamento por seu trabalho na propriedade de alguém, um pedaço de terra e uma parte da safra que cultivou, ou então do dinheiro obtido com sua venda. A partilha da metade do produto, chamada "meiação", é bastante comum. No entanto, ocorrem arranjos que envolvem quartas e até mesmo quintas partes. Uma parcela determinada da safra destina-se ao proprietário ou a uma terceira pessoa determinada; o momento da venda da colheita e os preços pelos quais será vendida são pré-determinados. A dimensão da parceria é afetada por diversos fatores, inclusive o volume dos gastos do capital do proprietário na preparação do solo, na compra das sementes, e no empréstimo de máquinas e de outros equipamentos. Não raro, fatores como a qualidade do solo, a produção esperada e o preço do mercado também afetam o contrato. Há indícios de que a dimensão da parceria possa variar em função da disponibilidade de obtenção do trabalho. Stuart Schwartz (1973:154 ff.) fornece dados que indicam que já no século XVII os contratos de parceria entre os cultivadores de cana-de-açúcar e proprietários de engenho eram parte de um mercado de fatores mais amplo. A parcela exigida pelos senhores de engenho caiu de um terço para um quarto no final do século XVI, e no século seguinte já havia chegado a um quinto e até mesmo um sexto, devido ao preço decadente do açúcar e o debandada de mão-de-obra para as minas de ouro de Minas Gerais que reduziram drasticamente o número de trabalhadores agrícolas.

É importante observar que os arranjos de parceria se estendem além da produção de safras comerciais. Frequentemente, uma parte da própria produção de gêneros alimentícios é dividida com o proprietário da terra. Isto se refere principalmente ao caso do cultivo da mandioca, quando até

---

<sup>11</sup> Ver Johnson (1970) para uma descrição dos acordos de parceria no Estado do Ceará, e Cândido (1964) sobre os parceiros no Estado de São Paulo. Para uma lista da variedade de nomes que designam tais contratos no Brasil, ver Diegues Jr. (1959a:95). Para uma descrição dos colonos em plantações de café no Estado do Paraná, ver Margolis 1973:133-34.

um décimo da mesma deve ser entregue ao proprietário da *casa de farinha*, o pequeno e primitivo engenho onde o tubérculo é moído e torrado para a produção da farinha. Para tornar mais aguda a desvantagem do trabalhador, frequentemente o gado do proprietário pasta no terreno do parceiro e ele é obrigado a fornecer as suas espigas de milho para alimentar o rebanho, sem por isso receber qualquer remuneração. Frequentemente um contrato de parceria, escrito ou verbal, deixa de especificar o tamanho da terra que é cedida (Caldeira 1956:41), sendo que às vezes o tamanho é adaptado às conveniências do proprietário, depois de feita a plantação. Assim como os contratos de arrendamento, é especificada a *condição* pela qual se exige que o parceiro e membros de sua família dêem um certo número de dias de trabalho sem remuneração para o serviço do proprietário” (Candido 1964:82).

Embora os arrendatários tenham relativa liberdade na escolha do cultivo e da venda das colheitas, eles são obrigados a pagar uma taxa fixa, em dinheiro, qualquer que seja a safra obtida. Os parceiros, por outro lado, preferem pagar em espécie e não em dinheiro, na medida em que o volume efetivo da parte se ajusta ao tamanho da colheita. O arrendatário só recebe a terra, e geralmente é ele que a tem de preparar. É ele quem fornece as sementes e os instrumentos de trabalho, e a duração do arrendamento é normalmente curta. Com efeito, às vezes o proprietário prefere fazer o contrato de um ano, que será suficiente para satisfazer seu objetivo de limpar a terra. No caso de cultivo de uma safra comercial, o seu relacionamento é convertido num contrato de parceria. Assim, o proprietário da terra, ao entregá-la ao parceiro, fornecerá um certo número de insumos para o seu cultivo. Naturalmente, quanto maior for o número e a espécie de insumos da parte do proprietário, maior será a sua parte na partilha da colheita.

Além disso, o financiamento inicial de sementes e de fertilizantes feito pelo proprietário cria um endividamento ainda maior da parte do parceiro, na medida em que o proprietário cobra juros altos pelo dinheiro adiantado, além da parte que foi previamente alvo de acordo entre eles. Na medida em que o objetivo do proprietário da terra nos contratos de meação é a produção constante de uma colheita específica, e não o preparo ou o aluguel da terra, o parceiro pode estender o tempo de permanência na terra,

pelo menos enquanto o proprietário continuar obtendo uma vantagem razoável da produção dele.

Quer isto coloque ou não o parceiro numa posição privilegiada em comparação com o arrendatário, seu acordo é problemático, como vemos na viva descrição feita pelo cientista social Manuel Correia de Andrade dos *meeiros* que pagam a metade de sua produção na produção de arroz ao longo das margens do Rio São Francisco. Cada um toma conta em média de 5 a 10 tarefas de terra. Necessitam de alimentos e não têm dinheiro. São forçados a pedir dinheiro emprestado ao proprietário a juros de 6 a 10 por cento ao mês; o juro é pago na época da colheita, e é retirado da parte que cabe ao parceiro. Eles têm a obrigação de cuidar do arrozal durante três meses entre o plantio e a colheita, e são também responsáveis pela limpeza e pelo descascamento do arroz, que pode ser feito à mão ou à máquina. Para poder utilizar a máquina do proprietário, no entanto, o parceiro tem de pagar um aluguel na base do quilo processado, além de pagar o salário do homem que o proprietário designar para operar a máquina. No final de quatro ou cinco meses, quando o cultivo do arroz está pronto, o parceiro se muda para um terreno alugado onde cultiva feijão e milho, pagando 20 por cento do lucro da colheita ao proprietário da terra (1964:132 ff).

O estudo do CIDA novamente chama a atenção para o fato de que o parceiro, assim como o arrendatário, não é um trabalhador independente, mas sim um trabalhador assalariado. Segundo este estudo, o parceiro é

... somente um assalariado cujo salário é pago sob condições que diferem somente em alguns detalhes das condições de outros trabalhadores assalariados, sem, no entanto, afetar de outro modo as relações “empregador-empregado”. É muito duvidoso que se possa falar dele como “tendo posse da terra”, exceto talvez em termos altamente teóricos. *Na prática, pareceria que o proprietário quer amarrar o trabalhador apenas ao empreendimento, mas certamente não à terra* (1966:217).

Parece claro que o parceiro é um trabalhador agrícola dependente, talvez até mais do que os arrendatários, mas os contratos de trabalho não são necessariamente iguais aos dos trabalhadores assalariados. De fato, o sistema de parceria que encontramos no Brasil de hoje é talvez melhor caracterizado como um mecanismo de emprego altamente adaptado a uma

economia carente de dinheiro, requerendo pouco desembolso de dinheiro da parte dos proprietários.

Há casos que parecem sugerir que a parceria seja uma forma transitória para o trabalho assalariado. Assim, vaqueiros do Nordeste são pagos mensalmente e também recebem um quarto do rebanho no fim de cada ano. Neste caso, o sistema de parceria tem obviamente a intenção de servir de incentivo para a manutenção do rebanho em alto nível. No entanto, o sistema de partilha nesta atividade está sendo abolido em certas regiões do Nordeste, devido ao valor crescente do gado de raça. O vaqueiro é agora pago inteiramente em dinheiro (Andrade 1964:164). O pequeno grupo de parceiros estudado por Candido no Estado de São Paulo também representa um tipo socioeconômico transicional, seriamente ameaçado pela concentração de grandes domínios na economia cafeeira. Os parceiros nos cafezais descritos por Candido eram inicialmente minifundiários que foram se transformando em colonos, pagos tanto em dinheiro quanto na base da parceria (1964:163).

As diferenças entre a parceria e o simples trabalho assalariado, mesmo em formas transicionais tais como colonos, são bem esclarecidas na descrição feita pelo CIDA dos contratos de trabalho na economia cafeeira. Por exemplo, os colonos da zona cafeeira de São Paulo e do Paraná tradicionalmente recebem uma quantia específica em dinheiro por cada 1.000 pés de café plantados e cuidados; um lote de terreno para o cultivo de subsistência (2,4 hectares para cada 2.000 a 10.000 pés de café); um pouco de café para consumo da família; e pasto para animais e porcos. Eles trabalham como se fossem diaristas assalariados mas recebem menos do que o salário-mínimo, ganhando algum dinheiro extra durante a estação da colheita por cada saca de café colhido. Também recebem uma casa, lenha, luz; água e às vezes até leite a preços reduzidos. Segundo o CIDA, em 1960 o número de parceiros e de colonos ainda excedia o número de trabalhadores assalariados em São Paulo (1966:259-60). Como veremos no capítulo cinco, estes parceiros e colonos vieram ter um papel decisivo na radicalização do movimento político camponês dos anos 1950 e 1960.

## Trabalho Assalariado

Uma proporção cada vez maior dos trabalhadores agrícolas do Brasil é composta de assalariados, com aproximadamente 1.550.000 pessoas, de

um total de mais de 12 milhões de pessoas (IBRA 1967:62). Eles estão empregados primordialmente na produção de safras de exportação, nas lavouras e nos engenhos que dominam o campo. Esses trabalhadores assalariados produzem café, açúcar, cacau e outras safras de exportação, e se vêem cada vez mais nas roças dos pequenos proprietários que produzem gêneros alimentícios. Eles não constituem uma categoria simples de “proletariado rural” na medida em que os contratos de trabalho variam enormemente de lugar para lugar e comportam uma série de contratos de sublocação, como no caso dos colonos acima descritos.

Há, pelo menos, três tipos principais de contratos de trabalho assalariado no Brasil rural. No primeiro caso, o trabalhador recebe uma pequena roça de terra que ele pode usar para a lavoura de subsistência. Por um decreto presidencial de 1965, cada trabalhador rural na zona da cana-de-açúcar tem o direito de receber, após um ano de serviço contínuo, até dois hectares de terra perto de sua casa, “que seja suficiente para plantar e para criação de gado de maneira a garantir a subsistência necessária para o trabalhador e para a sua família” (SORPE 1967). Em segundo caso, o trabalhador recebe uma casa dentro da “plantation”, mas sem terra para cultivar para si. O Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 estipula a manutenção de uma habitação “adequada” para os trabalhadores rurais com as deduções de aluguel no valor de 20 por cento a serem feitas dos salários, para cobrir as despesas decorrentes.<sup>12</sup> No terceiro caso, o trabalhador assalariado reside nas cidades e povoados rurais e mantém apenas uma relação de assalariado com a grande propriedade rural. Este último tipo é frequentemente chamado de camarada ou de trabalhador braçal\* e seria o tipo mais próximo do proletariado rural.

O estudo do CIDA dá uma ideia do trabalho assalariado no Nordeste rural como sendo

---

<sup>12</sup> Previamente, era permitido até trinta por cento de dedução da renda e o custo da renda para um indivíduo costumava aumentar com os seus ganhos, embora o custo para o proprietário da terra permanecesse o mesmo. Há também uma possibilidade de que os proprietários fizessem deduções em sua renda relativas a diversos trabalhadores que vivessem sob o mesmo teto (CIDA 1966:275). Além disso, deduções até vinte e cinco por cento são permitidas para comida quando ela é fornecida pelo empregador.

\* Na Zona da Mata nordestina é também denominado *trabalhador da rua*, ao passo que em São Paulo recebe a denominação de *volante* e *boia-fria*. Na Zona da Mata e no sul de Minas Gerais aparece com o nome de *diarista* e *camarada*. (N. do R.)

... um conjunto de salários baixos, trabalho pesado, fraude contra os trabalhadores, extorsão e interesses usurários, fome, habitação inadequada, insegurança, instabilidade, e migração. Dada a severidade e a dureza da estação da seca e das secas prolongadas, as condições de vida e de trabalho criadas pelo homem são mais duras (1966:270).

Sem negar, de modo algum, as injustiças deploráveis sofridas pelos trabalhadores das “plantations” no Nordeste brasileiro, eu diria, no entanto, que a norma é um pouco mais alta do que o estudo da CIDA descreve e que pelo menos alguns dos fazendeiros têm um sentido mais agudo de responsabilidade social com relação aos seus empregados. Certamente os trabalhadores das grandes propriedades têm um nível geral de vida melhor e maior segurança do que o crescente número de trabalhadores diaristas que são agora contratados pelos próprios camponeses para reparar a terra para o plantio e para a produção dos gêneros alimentícios.

Na usina de açúcar da região em que fiz a minha pesquisa, por exemplo, todos os trabalhadores da propriedade eram residentes, com exceção de uma pequena força de trabalho suplementar, constituída por migrantes, contratada para a época da colheita. Cada trabalhador recebe uma casa e uma pequena roça onde pode cultivar a sua lavoura de subsistência. Os trabalhadores do engenho moram na “rua” da usina e os trabalhadores do campo estão espalhados em pequenas povoações nas numerosas plantações que constituem o conjunto do empreendimento. Tanto os trabalhadores da usina quanto os do campo recebem o salário-mínimo estabelecido para a região, e gozam dos benefícios paralelos que a lei determina. Um médico e um dentista visitam semanalmente a usina, e os serviços médicos e os medicamentos não são cobrados. A usina mantém uma escola rural bem arrumada, administrada pela esposa de um dos filhos do dono, que é o gerente residente do empreendimento. Esta escola é particularmente bem dirigida se formos compará-la à maioria que existe no Brasil rural, e as crianças parecem receber uma educação satisfatória. O nível de alfabetização na “rua” da usina é consideravelmente superior ao nível dos povoados e das vilas da vizinhança.

Os moradores dessa vila da usina têm um sentido de comunidade que não é compartilhado pelos trabalhadores do campo que vivem nas vizinhanças mais remotas da “plantation”. O padre vem da sede da municipalidade celebrar missa na capela da usina pelo menos uma vez por

mês. A usina mantém um time de futebol que joga a cada domingo contra os times das comunidades vizinhas. Um centro social e um cinema operam diariamente. Os donos do engenho emprestaram dinheiro a um morador local para instalar uma sorveteria, um hotel e um restaurante. Só há uma loja no povoado. Ela é propriedade de um homem que paga aluguel à usina. Não se trata absolutamente de uma loja de preços altos, de propriedade da usina, à qual os trabalhadores estariam continuamente endividados. Melhorias foram feitas nas condições de habitação de todas as propriedades da usina; e atualmente há um programa que se destina a prover cada casa nas propriedades da usina com um “telhado, um banheiro e um rádio”. Além disso, a usina fornece eletricidade à cidade e novos cabos elétricos da usina hidrelétrica de Paulo Afonso estão sendo estendidos a todos os povoados satélites da vizinhança.

No entanto, a situação dos trabalhadores assalariados ainda está longe de ser a ideal. A usina atinge e domina todos os aspectos da vida dos trabalhadores. Só as pessoas que trabalham na usina moram nas suas propriedades. Quando seus filhos se casam e pedem moradia, eles precisam esperar até que se tenha certeza de que o jovem marido será empregado em algum lugar da usina, para se conseguir a casa. De fato, frequentemente se adia o casamento até que a casa — e portanto o emprego — sejam obtidos. A terra de até dois hectares concedida aos trabalhadores é, na verdade, insuficiente para garantir-lhes provisão adequada de gêneros alimentícios, mesmo que eles sejam estimulados a plantar e recebam sementes, fertilizantes, bem como ajuda na criação de cabras para a produção de leite para suas crianças. A criação de carneiros, que se alimentam de cana-de-açúcar, é estritamente proibida. Os donos da usina ou os seus agentes selecionam os candidatos políticos para os cargos locais e tentam arranjar votos para eles, assim como para os candidatos selecionados para os cargos estaduais e nacionais. O papel da usina de açúcar na vida política deste município será discutido em profundidade no capítulo cinco.

Antes de passar adiante, no entanto, gostaria de dizer alguma coisa sobre as comparações feitas frequentemente entre o proletariado urbano e o assim-chamado proletariado rural do Brasil. A esta altura já deve estar claro que o trabalhador rural assalariado — o qual também se emprega de vez em quando como parceiro ou arrendatário, ou cujos familiares fazem parte de um setor camponês mais amplo — se diferencia em muitos aspectos críticos



de um proletariado urbano. Isto não se refere apenas aos hábitos de trabalho, especialmente em termos da alocação de tempo, mas também em termos de sua atitude geral para com o lugar de trabalho como parte de um ambiente social mais abrangente. Até certo ponto, pelo menos, estas diferenças são responsáveis pelas dificuldades que os líderes brasileiros encontraram ao tentar aplicar um modelo de sindicato urbano à sindicalização rural.

De modo geral, o trabalhador assalariado é um indivíduo encarregado de determinadas tarefas durante certo tempo, recebendo em troca uma recompensa em dinheiro e certos benefícios paralelos previamente estipulados. Numa indústria, o salário e esses benefícios marginais são os principais estímulos ao trabalho. Seu emprego tende a ser completamente separado e diferenciado de outras ligações primordiais, tais como família ou filiação religiosa. A busca de segurança que caracteriza as famílias nucleares ou estendidas, que formam unidades econômicas operativas no setor camponês, não é uma característica tão importante no meio urbano. O assalariado industrial raramente toma uma decisão com relação à produção ou à distribuição dos bens que produz. Com efeito, ele não decide nada quanto à alocação dos recursos produtivos além de sua decisão inicial de oferecer seu trabalho num tempo e lugar determinados por um salário estabelecido, mesmo que ele tenha, naturalmente, um certo controle sobre a sua própria taxa de produção. Assim a maioria das decisões sobre a produção são tornadas pela direção da indústria, sem levar em conta as demandas de consumo da família do trabalhador, que seriam levadas em conta pelo camponês. O próprio gerente é parte de uma estrutura de autoridade diferenciada, na qual professores, policiais e burocratas funcionam todos em áreas separadas da vida diária, à qual o assalariado urbano aprende a se acomodar. O seu comportamento em relação ao gerente de uma firma não coincide necessariamente com o seu comportamento em relação a outros superiores nessa estrutura de autoridade diferenciada. Este não é, naturalmente, o caso na plantação de açúcar tradicional do Nordeste brasileiro, onde os múltiplos papéis do patrão nem sempre são claramente distinguidos. Foram precisamente as mudanças nos padrões de autoridade e a disjunção nas formas conhecidas de comportamento interclasse que nas décadas de 1950 e de 1960 trouxeram ao campo brasileiro uma crescente politização.

O trabalho assalariado no Brasil rural deve ser visto como parte de um sistema mais amplo de inter-relacionamentos entre ecologia, organização social e a distribuição de recompensas na sociedade. O trabalho assalariado, mesmo nas usinas de açúcar mais modernizadas e organizadas em corporações, é tão alienado do ambiente sociocultural no qual o trabalhador vive quanto o é no caso do trabalhador industrial urbano. O trabalhador rural não concebe o seu “emprego” como um aspecto separado de sua vida, à parte da família, da religião, da educação, da recreação e mesmo da política. Para começar, o trabalho assalariado numa fazenda ou num engenho é muitas vezes intimamente ligado à produção para o uso próprio em pequenas roças de terras destinadas ao trabalhador como parte do contrato de trabalho. A família do trabalhador é a unidade econômica operativa que funciona indiferenciadamente como uma unidade bancária e de produção. Através da capacidade total de ganho dos membros da família o trabalhador rural assalariado estabelece crédito na loja local e às vezes consegue juntar umas economias, exatamente como acontece na unidade familiar camponesa. Além do mais, a família tem uma responsabilidade comum, e não individual, com relação ao empregador, com o qual o trabalhador rural assalariado invariavelmente tenta estabelecer uma ligação do tipo patrão-cliente. Finalmente, como veremos, as estruturas indiferenciadas de autoridade do Brasil rural são parte de um sistema geral de estratificação nas comunidades locais onde o indivíduo trabalha e reside e a sua reação à autoridade tende a ser igual nos aspectos sociais, religiosos, políticos e econômicos de sua vida.

## **Estratificação Social, Processo Social e Mobilidade Social**

### **O Sistema de Classes Brasileiro**

A variedade de contratos de arrendamento e de trabalho que resultam das várias formas de acesso aos recursos da terra no Brasil rural inevitavelmente conduz a um esforço de classificar os *status* ocupacionais, assim como a uma discussão mais ampla do que Lloyd Fallers apropriadamente chamou de “aspectos culturais e estruturais primários e secundários” da estratificação social.<sup>13</sup> O Brasil é, por qualquer medida, um

---

<sup>13</sup> Segundo Fallers “as raízes estruturais sociais primárias da estratificação são encontradas na diferenciação de papéis dentro de uma rede de relações e de expectativas a respeito do

país com um sistema social altamente estratificado. No entanto, a descrição de uma estrutura social rural estática, baseada na delimitação de dois grupos socioeconômicos, definidos no caso como latifundiários e minifundiários,<sup>14</sup> não é satisfatória à luz da investigação empírica. Como veremos no capítulo quatro, um sistema de duas classes não era adequado para a descrição do sistema social no Brasil colonial, quando as diferenças sociais já estavam se fazendo notar. Certamente ele não será adequado para descrever o Brasil de hoje, quando encontramos uma considerável gama intermediária entre os

---

comportamento que serve de intermediário entre eles. Ao mesmo tempo, um sistema de estratificação de pessoas também está enraizado na cultura, na medida em que existem padrões de avaliação pelos quais o comportamento humano é julgado” (1963:162-63).

“Assim, o estudo da estratificação pode adequadamente começar com um catalogamento de uma série de papéis diferenciais, com um delineamento das definições culturais da virtude e da excelência no comportamento humano, e com um estudo da interação entre estes em termos tanto de diferenciação cultural quanto de uma avaliação diferencial global dos papéis. Isto, no entanto, é somente o princípio, pois o lugar de pessoas e grupos reais nisto tudo não pode ser encarado como sendo passivo. Se as pessoas recebem diferentes papéis, e se a cultura avalia estes papéis de modo diferencial, considerando uns mais valiosos do que outros, então espera-se que os processos pelos quais as pessoas são situadas entre os papéis conquistem os interesses e as ansiedades de pessoas e de grupos. Em geral espera-se que pessoas e grupos lutem ativamente para conseguir ou defender suas posições e, no processo, manipulem, e até mesmo criem, elementos da cultura que os avalie. Um reconhecimento deste elemento ‘dinâmico’ nos sistemas de estratificação torna útil a distinção entre ‘aspectos estruturais secundários’ e ‘aspectos culturais’ de tais sistemas. Nós chamamos de ‘aspecto estrutural secundário’ da estratificação as estruturas e os processos pelos quais as pessoas são alocadas entre os papéis, distinto de diferenciação de papéis ‘primária’ ou divisão do trabalho. Por ‘cultura secundária’ entendemos as ideias e crenças *sobre* a estratificação — o ‘como’ e o ‘porquê’ as pessoas são alocadas entre os papéis do modo que são e sobre a justiça e a injustiça deste processo — em oposição às definições ‘primárias’ de excelência e do relativo valor dos papéis.” (*ibid.*, 163).

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, o comentário de Celso Furtado sobre uma estrutura social rural estática versus uma estrutura social urbana em mudança, em seu trabalho “Brasil, Que Espécie de Revolução?” (1965). Também Wagley escreve: “Assim, poder-se-ia dizer que, tradicionalmente, só houve duas classes sociais no Brasil: uma classe alta composta de latifundiários, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e burocratas e uma classe baixa de trabalhadores braçais e de artesãos. A classe alta compunha-se de patrões, enquanto que a classe baixa incluía seus dependentes extrafamiliares — empregados domésticos, trabalhadores do campo, colonos e outros empregados. Este sistema de duas classes não é inteiramente uma coisa do passado, mas, como veremos adiante, a maioria dos brasileiros ainda se situa em uma das duas categorias hierárquicas tradicionais... Talvez sempre tenha existido um grupo relativamente pequeno no Brasil que poderia ser chamado de uma classe média... mas... o desenvolvimento de uma classe média ampla é bastante novo para a sociedade brasileira” (1963:101).

escalões altos e baixos da sociedade rural. No Brasil rural o poder e o privilégio *derivam* da riqueza, invariavelmente medida em termos de propriedade de terra, mas o poder e o privilégio não são direitos exclusivos de uma classe proprietária de terras e dominante, que está em oposição rígida e exploradora diante de uma massa indiferenciada de camponeses. Na realidade o poder — talvez na sua forma mais crua — também é exercido, em graus variados, por vários intermediários no sistema, que não possuem o *status* da aristocracia rural mas que tem acesso a ela, e, portanto, a uma certa parcela de recursos estratégicos. Tais privilégios ajudam a diferenciar estes intermediários das massas de classe baixa rural brasileira, mas não justificam aglomerá-los num *stratum* médio claramente definido, situado entre os ricos e os pobres, como é frequentemente feito na literatura sobre classes sociais no Brasil. Certamente, as diferenças nos padrões de vida no campo podem ser medidas, e algumas linhas podem ser delineadas entre os vários estratos marcando os limites da alta, média e baixa classe. Além do mais, um segmento da classe média nacional, compreendida por funcionários públicos, elites comerciais e até mesmo por alguns fazendeiros mais ricos, pode muito bem estar emergindo nas comunidades rurais brasileiras. Não obstante, criar simplesmente uma categoria residual ampla — qualquer que seja o critério — para aqueles que não se ajustam nem num extremo nem no outro da hierarquia social ainda não explica inteiramente as complexidades deste dinâmico sistema social.

Na sua *Introduction to Brazil*, Wagley (1963) nomeia a tradicional classe alta da aristocracia proprietária de terras e as elites locais; a tradicional classe baixa de trabalhadores rurais e camponeses; o novo proletariado rural dos trabalhadores assalariados agrícolas; a emergente classe média dos trabalhadores “white-collar”, funcionários públicos, e professores assalariados; e, finalmente, a nova classe alta de empresários industriais. Ele nos oferece uma visão muito útil das relações entre estes vários segmentos da população nacional, e o faz com uma genuína compreensão das mudanças que se verificam dentro do complexo mosaico social recortando o panorama brasileiro. Mais importante do que isso, ele nos chama a atenção para o fato de que falar sobre estratificação social no Brasil rural é lidar com apenas um dos segmentos de um sistema de estratificação mais abrangente, no qual todos estes segmentos estão, em última análise, interligados.

Isto não significa apenas que haja uma correspondência estática entre os estratos rurais e urbanos, de maneira que uma elite proprietária de terra, um campesinato empobrecido e um grupo intermediário se ajustem esquematicamente aos estratos alto, médio e baixo da estrutura piramidal do sistema nacional, como demonstra o quadro 5. Ao contrário, mostra que a diferenciação social que se vem tornando evidente no Brasil rural reflete, de maneira crescente, as mudanças que estão ocorrendo na nação como um todo. Significa que os componentes sociais, econômicos e políticos do “subsistema” rural se articulam, de modos bastante precisos e identificáveis, com os processos, em desdobramento e da vida social, econômica e política da nação. Também mostra que o grau de abertura ou fechamento do sistema social rural e, portanto, as possibilidades de mobilidade social e de mudança social, dependem de uma variedade de fatores que podem não ficar evidentes no estudo limitado de uma comunidade local. De fato, exige que desloquemos a nossa atenção das comunidades locais e das estruturas sociais locais, e que procuremos compreender a natureza precisa da integração entre as unidades locais e nacionais. Isto é, os grupos internamente diferenciados, do campesinato, dos artesãos, dos trabalhadores braçais, dos comerciários e dos intermediários do mercado — os quais fazem todos parte da enorme subclasse brasileira residente nas áreas rurais — estão sujeitos às mudanças demográficas, econômicas e políticas que ocorrem dentro da nação como um todo.

**Quadro 5. Classes sociais Brasileiras, na comunidade e na Nação.**

| NACIONAL | CIDA                             | VINHAS             | HUTCHINSON /HARRIS | WAGLEY                       | FORMAN   |
|----------|----------------------------------|--------------------|--------------------|------------------------------|--|
| Alta     | Grandes fazendas multifamiliares | Latifúndio         | Aristocracia       | Ausente                      | Aristocracia proprietária: indústrias rurais         |
|          |                                  |                    | Classe alta local  | Primeira classe (os brancos) | Burocratas locais; elites comerciais                 |
| Média    | Fazendas médias multifamiliares  |                    |                    | Classe A                     |  |
|          |                                  | Camponeses ricos   | Classe média local | Classe B1                    | Agricultores comerciantes; intermediários camponeses |
| Baixa    | Fazendas familiares              | Camponeses médios  |                    | Preto pobre                  |  |
|          |                                  | Camponeses pobres  |                    | Classe B2                    | Segunda classe (classe baixa; moradores das cidades) |
|          | Minifúndio                       |                    | Classe baixa local |                              | Parceiros; arrendatários.                            |
|          |                                  | Proletariado rural |                    | Classe C                     | Artesãos<br>Trabalhadores por dia.                   |

Fontes: WAGLEY 1952: 146; CIDA 1966; VINHAS 1963.

Do mesmo modo, parece que desde que o governo militar tomou as rédeas do poder em 1964, a elite proprietária de terra e alguns industriais rurais tornaram-se, talvez mais do que nunca, o mais importante sustentáculo de um sistema político nacional que procura apoio no campo para a centralização e a legitimação de sua autoridade. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, podemos colocar a hipótese de que em muitas, embora não em todas, comunidades rurais, os funcionários públicos — os quais juntamente com as elites comerciais e mesmo com alguns fazendeiros mais ricos são agora considerados como parte de uma crescente classe média nacional — possam vir a compor uma rede de comunicações e de controle vital para a propagação e para a manutenção daquele sistema de autoridade.

Estas e outras questões sobre estrutura social e integração política serão aprofundadas, mais detalhadamente, no capítulo cinco, onde vou examinar a fundo os conjuntos de transformações que levaram das relações patrão-dependente (quando o camponês ou o trabalhador rural é forçado a entrar num conjunto de trocas com um patrão determinado) para as relações patrão-cliente (quando o camponês tem uma escolha, embora limitada, entre os benfeitores em potencial, que lhe oferecem diferentes vantagens pelos serviços prestados) (Hutchinson 1966; de Kadt 1970: 23). No momento, é necessário estabelecer as bases para esta discussão através duma descrição do “aspecto relacional” da estratificação social no Brasil rural, isto é, os processos interativos entre membros situados diferentemente na hierarquia social.

Na medida em que me proponho a focalizar o aspecto interacional das relações diádicas entre o patrão e o dependente,<sup>15</sup> não se quer dizer com isto que não vejo utilidade também num modo de análise baseado em classes. Pelo contrário, vejo a relação patrão-dependente como o aspecto talvez mais importante de um sistema rígido de estratificação social, fornecendo o conteúdo para uma análise da dinâmica do comportamento interclasse no Brasil rural. Pois que é, justamente, no contexto desta relação que começa a tomar forma a avaliação pelo camponês ou pelo trabalhador rural de sua relação com uma classe de seres superiores.

---

<sup>15</sup> Uma discussão sobre o chamado “contrato diádico” pode ser encontrada em Foster (1961, 1963). Ver também Wolf (1966b). Existe atualmente uma ampla literatura sobre patronato-clientelismo e o desenvolvimento político que será discutido no capítulo 6.

Agora, descrever a dinâmica interna da relação patrão-dependente é, de certo modo, correr o risco de descrever meramente o conteúdo de uma série de ligações que não são nada mais do que os meios de articulação entre indivíduos particulares em um sistema social num determinado momento. Para compreendermos aquele fenômeno diacronicamente como um *modo* de integração entre classes sociais que varia com o tempo requer, por outro lado, que as trocas que caracterizam as relações patrão-dependente sejam examinadas dentro dos contextos políticos e socioeconômicos mais abrangentes nos quais elas acontecem. É dentro *daquele* contexto que o conteúdo e a forma das próprias trocas são determinados e, em última análise, modificados, como por exemplo na transição, anteriormente mencionada, de relações patrão-dependente para relações patrão-cliente.

No que toca aos objetivos desta discussão, basta dizer que o acesso controlado à terra exige que os camponeses brasileiros procurem ligações com as pessoas que estão em situações mais vantajosas dentro do sistema de estratificação. Na falta de qualquer espécie de quadro institucional legal que dê apoio às suas reivindicações dentro daquele sistema, os camponeses ficam forçados a se sujeitarem aos patrões que podem facilitar o acesso aos recursos estratégicos, e que podem oferecer-lhes alguma segurança e alguma proteção. Já assinalei que estas relações têm suas raízes na estrutura da classe agrária e, mais especificamente, no acesso limitado à terra.

Embora seja obviamente o recurso mais importante numa sociedade agrária, a terra não é o único item a ser trocado, e as trocas não ocorrem somente entre indivíduos situados nos extremos da hierarquia social. Como observou Wagley:

Um *patrão* não era necessariamente um empregador. Camponeses donos de terras podiam estar amarrados ao dono da venda local através de dívidas ou de favores passados. Frequentemente o chefe político local, *o coronel* (o correspondente a um “Kentucky Coronel”) era uma espécie de *patrão* para os seus seguidores, que dele já tinham recebido favores e esperavam outros favores futuros. Um trabalhador da classe baixa sem patrão de uma espécie ou de outra era um homem sem proteção em tempo de necessidade. O patrão conferia segurança social em alguma medida — geralmente a única forma de segurança disponível ao trabalhador. (1963:107)

Em outras palavras, há alguns recursos estratégicos, tais como crédito, capital, assistência médica, informação, etc., além da terra, que são trocados entre indivíduos que poderiam estar relativamente próximos um do outro numa escala social objetivamente mensurável. No entanto, as diferenças na qualidade desses vários tipos de relações de troca são muitas, e o grau de harmonia nas relações interclasse está frequentemente em proporção direta à distância social relativa entre as partes envolvidas.

Deve-se notar aqui que nem todas as classes socioeconômicas acima mencionadas estarão representadas em todas as comunidades rurais, muito embora uma discussão das relações de dependência possa, a meu ver, ser generalizada para todas as comunidades em que exista, em alguma forma, uma classe rural baixa. Por exemplo, vamos encontrar uma classe alta tradicional confinada às áreas de agricultura do tipo “plantation” nos vales úmidos das regiões costeiras do Nordeste e em torno dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a classe média local será encontrada somente nas sedes de municípios que ostentem uma burocracia governamental e um comércio ativo. A maioria dos estudos de comunidade no Brasil foram feitos justamente nestes centros administrativos e comerciais rurais, onde o acesso a cargos eletivos e de nomeação e a oportunidades de investimento claramente elevam alguns indivíduos acima de outros. Eu diria que mesmo onde tais óbvias hierarquias sociais não estejam em evidência há consideráveis diferenças entre os residentes locais, alguns dos quais podem ter acesso a privilégios especiais através de um patrão, ou então se distinguem dos demais pelo simples fato de serem alfabetizados (ver, a esse respeito, Kottak 1966). Qualquer que seja o caso, os processos de interação pelos quais os indivíduos nestas comunidades se integram à nação são essencialmente os mesmos das sedes municipais nas quais as ligações institucionais formais estabelecidas através de prefeituras, igrejas, escolas, clínicas, mercados e delegacias de polícia foram trazidas ao primeiro plano de nossas análises. Eles se localizam dentro dos conjuntos de relações de dependência que são o aspecto mais fundamental da classe social no Brasil rural. Como explica Charles Wagley:

Para a maioria da classe baixa rural, segurança econômica e bem-estar social parecem emanar das ministrações paternais da elite local. Todos devem ter um patrão (1963:106-7)... esta ideia de patrão não é uma coisa do passado. Ainda é a forma básica de relacionamento entre as pessoas de diferentes classes sociais na maioria das

comunidades do norte do Brasil, e está longe de estar extinto em São Paulo e até mesmo no extremo Sul (Ibid., 107-8).

No meu estudo sobre os jangadeiros, *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy* (1970), descrevi com detalhes o sistema de estratificação social incipiente extravasando na vila de Coqueiral, município de Guaiamu, no Nordeste brasileiro, onde não havia nenhuma das repartições políticas e civis que geralmente existem nas sedes de municipalidades. No entanto, o poder e o privilégio eram francamente evidentes, concentrados nas mãos de uns poucos “manda-chuvas” locais que tinham acesso imediato às elites comerciais e proprietárias de terras existentes fora da comunidade. Por exemplo, quando o braço comprido da organização sindicalista chegou ao povoado vindo do Rio de Janeiro na década de 1940, o presidente da associação de pescadores, recém-estabelecida, foi escolhido dentre os poucos residentes que tinham conexões diretas com um patrão muito bem situado na prefeitura local. Nos anos seguintes, mordomias políticas e nepotismo possibilitaram a esse indivíduo e a seus parentes consolidar uma base política em Guaiamu, como representantes locais do partido governante no município. Ele passou a exercer um domínio marcante sobre a comunidade inteira virtualmente sem enfrentar obstáculo qualquer da parte do rival vinculado à oposição política local.

É importante observar aqui que mesmo este pequeno povoado de 852 habitantes, que arduamente subsistem graças ao que tiram do mar e de terras agrícolas marginais, não é nem homogêneo nem socialmente estático, embora assim possa parecer se visto de fora. Ao contrário, sua estrutura social é composta de uma rede de interações socioeconômicas dinâmicas que se ramificam a partir das unidades familiares extensas, entre os vizinhos, através dos povoados, chegando até a sede da prefeitura, além dela, à usina de açúcar. As ligações horizontais entre parentes, vizinhos, amigos, compadres e padrinhos foram descritas em *The Raft Fishermen*, onde demonstrei que a busca da segurança e a minimização de riscos são os princípios básicos a orientar a elaboração destes laços sociais locais.

Por outro lado, manifestava-se em cada aspecto da vida do povoado uma hierarquia de relacionamentos baseada no acesso às fontes exteriores de poder político e de riqueza, e orientada por princípios bem diferentes, o de submissão à autoridade e de obrigação de pagar as dívidas. Os grandes

plantadores de cana-de-açúcar e, em especial, os proprietários da usina do açúcar no interior do vale, se situam no vértice desta hierarquia social, exercendo uma hegemonia econômica e política sobre o município como um todo. Um “estrato intermediário” é integrado por um grupo de pequenos proprietários, burocratas menos importantes, profissionais e comerciantes que residem na sede municipal mas dependem, para o seu bem-estar, da boa vontade da classe proprietária. As linhas de autoridade descem então através dos “intermediários do poder”, até as “bases” constituídas pela massa dos habitantes da localidade.

A manipulação bem sucedida destes vínculos verticais, através de um insinuante sistema de relações de dívida e de crédito, determinava quem tinha acesso aos recursos produtivos e às tecnologias, quem podia tirar proveito das oportunidades para inovações e mudanças, quais casas receberiam luz elétrica e quais crianças teriam vagas em que escolas municipais ou do povoado. Condição até quem frequentaria as missas ocasionais celebradas na igreja do povoado. Em resumo, os relacionamentos patrão-dependente permeavam praticamente todos os aspectos da vida social e econômica — mesmo nesta comunidade onde os extremos do sistema de estratificação brasileiro, de modo geral, não estavam em evidência imediata (Forman 1970).<sup>16</sup>

Justamente porque a relação patrão-dependente é um aspecto tão penetrante da classe social, ele deve ser examinado dentro de contextos situacionais específicos. Isto é, não se deve caracterizar todo o sistema de acordo com um relacionamento mal definido no qual um patrão generosamente despenderia “noblesse oblige” em troca de lealdade e apoio, manifestados pelo dependente. Ao contrário, se quisermos entender as relações interclasse no Brasil rural, devemos saber, em cada caso específico, exatamente quais os recursos controlados, por quem, e como é estruturado o acesso a tais recursos.

---

<sup>16</sup> Para somente um dos inúmeros exemplos, ver o estudo de Gross (1970) sobre a economia do sisal no Nordeste brasileiro, no qual ele tenta reconstruir as linhas de estratificação social neste remoto município do Estado da Bahia seguindo as relações de débito e de crédito e os resultantes laços patrão-dependente através de todo o sistema local. Gross demonstra, de maneira admirável, como a estrutura de toda a economia do sisal — que na ideologia dos planejadores do desenvolvimento brasileiro destinava-se a democratizar a agricultura da região — é formada e mantida às custas de laços patrão-cliente.

A descrição precedente sobre os arranjos de posse da terra e de trabalho no Brasil rural exemplifica a ligação econômica do tipo patrão-dependente, isto é, a troca de terra e/ou a partilha de uma colheita entre proprietários e camponeses. Quero ressaltar, no entanto, que não estou descrevendo, mesmo naquele caso particular, uma relação de troca exclusivamente econômica. Um tal sistema não pode ser compreendido em termos unidimensionais. Ao contrário, é necessário prestar muita atenção ao conteúdo material e não-material destas trocas, na medida em que tais contextos afetam a qualidade e a extensão das relações sociais.

Como vimos anteriormente, há dois aspectos distintos nos vínculos socioeconômicos assimétricos que caracterizam a sociedade camponesa brasileira. O primeiro, e o mais importante, é decididamente o econômico. No entanto, superposto às relações contratuais básicas entre camponês e senhor, ou entre devedor e credor, existe um conjunto de entendimentos regendo os direitos e obrigações de cada um na troca que, segundo Peter Blau (1964), melhor poderíamos chamar de dimensão da “troca social” destes arranjos de trabalho. Eric Wolf se refere a estas relações como sendo “coalizações multifacetadas, diádicas e verticais”, observando ainda:

Tal relação envolve uma pessoa que é social, política ou economicamente superior numa relação vertical com uma social, política ou economicamente inferior. A ligação é assimétrica... Ao mesmo tempo ela é multifacetada. As duas partes têm de confiar uma na outra; e na ausência de sanções formais uma relação de confiança envolve uma compreensão mútua dos motivos de um e de outro, assim como do comportamento de um e de outro, que não pode ser construída em um momento, mas sim se desenvolve com o tempo e deve ser testada em diversos contextos... Portanto, as relações patrão-cliente envolvem facetas múltiplas do ator envolvido, e não meramente o fragmentário interesse-único do momento. (1966a: 86-7).

De fato, esta confiança mútua reside menos no conhecimento das intenções das duas partes envolvidas na troca específica do que num conjunto de expectativas compartilhadas sobre o comportamento apropriado nas interações interclasse, expectativas que são projetadas sobre a própria relação específica.

A hierarquia é um dogma fundamental da vida social brasileira. Ela é evidente numa variedade de padrões de deferência, tais como o elaborado

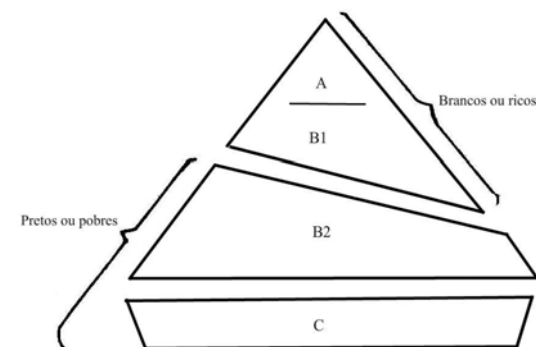
conjunto de formas de tratamento que distinguem e definem o lugar de um indivíduo no sistema social. A posição real neste sistema é, mais uma vez, determinada pela proximidade ao *locus* de poder, geralmente associado com a propriedade de terras. Ela também é condicionada por inúmeros outros fatores, tais como ocupação, educação, lugar de residência, família, e mesmo pela raça (Wagley et al. 1952).<sup>17</sup> Os brasileiros do campo sabem

<sup>17</sup> Por exemplo, o importante volume *Race and Class in Rural Brazil*, editado por Charles Wagley, descreve com detalhes os sistemas específicos de estratificação social e relações raciais em quatro comunidades localizadas em zonas ecologicamente diferentes da Região Nordeste e da Amazônia. Usando padrões de vida baseados em renda e em padrões de consumo como uma medida objetiva a grosso modo, duas ou mais “classes” rurais – alta, baixa e possivelmente uma média – são delineadas e depois aperfeiçoadas por critérios internos mais sutis baseados em componentes de prestígio, de identidade racial, filiação e educação (Wagley et al. 1952).

Devido à sua própria constelação especial de aspectos históricos socioeconômicos, cada uma das comunidades estudadas manifesta algumas diferenças em seus padrões contemporâneos de raça e de alinhamento de classe, como demonstrado no Quadro 5. No entanto, um exame de qualquer um deles demonstra as deficiências de qualquer tentativa de se objetivar classes sociais determinadas no Brasil rural. Assim, usando como critérios objetivos a riqueza e a ocupação, Marvin Harris divide a população da antiga cidade de mineração Minas Velhas em dois grupos distintos, grupo A e grupo C. O grupo B “... (o qual) foi estabelecido meramente como um resíduo estatístico” daqueles indivíduos que não se encaixam nem em uma nem em outra extremidade do sistema social, é cruzado por um “gradiente de categoria racial” em dois grupos distintos, como é mostrado no diagrama. O termo “riqueza média” denota uma posição na metade superior do grupo B e o termo “pobre” denota uma posição na metade inferior do grupo B. Portanto, é claro que o grupo B não é uma, mas sim duas classes “... na qual alguns indivíduos do grupo B na realidade colocam-se mais alto do que outros do grupo B nas escalas econômica, ocupacional e educacional” (Harris 1952:73). Harris conclui: “encontramo-nos agora numa posição em que podemos avaliar o verdadeiro significado de raça como um critério de classe. Conquanto o gradiente de categoria racial não seja tão decisivo quanto o gradiente econômico, o seu efeito é suficiente para dividir a classe média pela metade e para criar quatro classes onde somente três existiriam de outra forma” (*ibid.*).

reconhecer facilmente as diferenças sociais que estes critérios estabelecem entre eles e os outros, e, em situações interclasse, se comportam de acordo com padrões aceitos e que são considerados apropriados à posição de cada um. Os camponeses brasileiros dão o tratamento de “doutor” a um homem rico e bem educado e recebem, por sua vez, o tratamento simples de “você”.

Classe Social em Minas Velhas, Brasil.



Fonte: Harris 1952:73

Do mesmo modo que Harris, que depois modificou este primeiro modelo de estratificação social em Minas Velhas em sua monografia posterior intitulada *Town and Country in Brazil* (1956:96ff.), cada um dos outros estudos constantes de *Race and Class in Rural Brazil* está mais preocupado com os padrões inter e intraclasse das relações raciais e com os estilos de vida das várias subculturas representadas nestas sedes de municípios tão altamente diferenciadas, do que com o padrão geral de relações socioeconômicas entre um campesinato dependente e uma elite proprietária de terras que é do nosso interesse neste volume. Ainda assim, na introdução àquele volume, Charles Wagley escreveu que sua pesquisa demonstrava que o alinhamento mais importante e o mais crucial no Brasil rural era o das classes sociais, e que o tipo racial não passava de um dos critérios pelos quais os indivíduos eram distribuídos pelas classes sociais. Relações raciais, portanto, devem ser encaradas como *um aspecto das relações entre as classes sociais* e como parte *de um conjunto mais amplo de padrões sociais que determinam as relações entre indivíduos e grupos dentro da comunidade rural brasileira* (1952:9) (o grifo é meu).

Na parte restante deste capítulo, vou examinar aquele “conjunto mais amplo de padrões sociais que determinam as relações entre indivíduos e grupos” na sociedade rural brasileira, especialmente a estrutura e a cultura das relações patrão-dependente.

Quando se dirige a um membro da classe alta, o camponês brasileiro invariavelmente mantém o olhar baixo enquanto segura o chapéu na mão e com o pé riscando o chão, numa envergonhada zombaria de sua própria humildade. Ele demonstra sua deferência pelo proprietário da terra, pelo dono da venda local ou pelo agente fiscal de muitas maneiras, e acha que está certo agir deste modo desde que também receba, reciprocamente, o tratamento apropriado.

### Patrão-Dependência

Na verdade, ao longo de sua vida o camponês, ou o trabalhador agrícola brasileiro, *se submete* a uma série de relações reconhecidamente desiguais pelas quais ele *se compromete* de formas variadas que analisamos em termos dos vários arranjos de trabalho no início deste capítulo. Obviamente, este comportamento repetido é fruto da necessidade, mas é também alimentado por um conjunto de proposições gerais acerca da submissão à autoridade e da obrigação do repagamento de dívidas, o que dá ao conteúdo sociocultural das relações específicas patrão-dependente sua eficácia peculiar. Reforçada por uma confluência de ideias de diversas origens, mas principalmente do religioso, a patrão-dependência fornece, deste modo, um conjunto de noções que se transformam nos sustentáculos ideológicos da estrutura de classe.

Embora não contrapese, de forma alguma, as desigualdades da transmissão atual de bens e de serviços, a relação patrão-dependentes mitiga, a nível individual, a dureza da troca contratual para o camponês, e ajuda a aliviar algumas das tensões que a constante consciência das perdas sofridas poderia, de outro modo, nele suscitar. Ao definir o lugar do camponês no universo social, e ao afirmar a correção básica da assimetria nas relações socioeconômicas, esta relação patrão-dependente também profere a explicação de má conduta individual para a eventual incorreção do comportamento de um “mau patrão”, militando assim contra os conflitos interclasse e ajudando a manter o *status quo*. Em outras palavras, quando ameaçado pelos abusos do patronato, o camponês procura um patrão melhor, no lugar de culpar o *sistema* em si. Em resumo, ao envolver os arranjos econômicos temporários em laços sociais, a relação patrão-dependente reafirma, legítima e justifica a autoridade da classe proprietária

como um grupo, apesar da fluidez do vínculo contratual entre díades individuais.

As exigências do patrão aos seus dependentes são tão poucas e tão diretas que realçam a assimetria fundamental até na dimensão de intercâmbio social destas relações. Em todos os casos, a deferência sobe e as ordens descem. Além das exigências econômicas estipuladas nas trocas terra-por-trabalho e dos serviços adicionais prestados pelos dependentes, existem outras expectativas. O patrão espera e recebe lealdade, obediência e confiança daqueles que estão a seu encargo. No capítulo dois, observei que os camponeses brasileiros constantemente estabelecem novos vínculos de patrão-dependência no rastro de sua extraordinária mobilidade de fazenda a fazenda. Não obstante, esta mobilidade não diminui a precisão de fiel aderência a pessoa por quem estiverem no momento empregados. As lealdades podem ser transferidas, mas as obrigações do trabalhador devem ser cumpridas em primeiro lugar.

A palavra do patrão é lei e não deve ser questionada. O seu desejo é cumprido, porque se acredita que ele esteja certo e que assim seja apropriado a proceder. Qualquer ato de oposição é causa para demissão, quaisquer que tenham sido as cláusulas contratuais; e quando falta uma boa razão o patrão sempre pode invocar a vontade de Deus, a lei ou, como último recurso, a força de seus capangas. Não obstante, seu trunfo mais importante é a sua reputação, e, conseqüentemente, em certo sentido a coisa mais importante que seus dependentes podem fazer é espalhar pelo campo a notícia de sua “bondade”.

Deste modo, o patronato também se transforma numa arma de competição dentro de um sistema em que o poder e o privilégio estão de certa forma monopolizados. Em certo nível, isto fornece a base para uma competição econômica entre as elites proprietárias de terra, na disputa por uma força de trabalho móvel (Johnson 1970:39), facilitando ao camponês e ao trabalhador rural a aceitação de contratos desvantajosos sem barganha por termos melhores que poderia de outro modo ocorrer. Em outro nível, o patrão que deseja participar da altamente concorrida arena política deve poder contar com o apoio de uma “coterie” ampla e leal à qual possa recorrer em caso de disputas e a qual possa mobilizar para votos. A reivindicação de lealdade ao mesmo tempo que produz o efeito imediato de alinhar indivíduos nas linhas de classe, em facções compostas de um patrão



e de seus seguidores, também abre o caminho da transição da dependência para o clientismo.

É axiomático que um bom patrão deva *infundir* respeito e deferência para poder constituir um grupo de seguidores. O patrão ideal é uma figura rica e poderosa que é capaz de proteger seus dependentes e intervir em seu favor nos seus negócios com o mundo lá fora. Embora a atitude do patrão em relação a seus seguidores contenha um certo grau de condescendência, dele se espera o tratamento de afeto e respeito, e, segundo a tradição e para solidificar o vínculo social, a aceitação das obrigações adicionais de apadrinhamento, um compromisso ritual que também serve para a legitimação do vínculo assimétrico, como veremos adiante. Espera-se dele que se preocupe com a saúde e o bem-estar de seus dependentes e de suas famílias, emprestando-lhes dinheiro bem como fornecendo comida e ajuda médica sempre que necessário. Querendo, ele pode também facilitar a educação das crianças e, ocasionalmente, um patrão realmente bom reconhecerá uma oportunidade comercial viável para um dependente e o ajudará a começar uma pequena atividade empresarial. De fato, a intervenção direta nem sempre é necessária, na medida em que a tutela de um patrão verdadeiramente bom pode fornecer proteção e certo grau de privilégio a um dependente pelo simples fato da associação entre eles, pois o “presumido carisma”<sup>18</sup> do patrão recai sobre os que lhe são próximos.

Certamente, um membro da classe alta tradicional tem um “élan” que o coloca numa posição à parte da dos outros homens. Não obstante, a medida do prestígio e da deferência concedidos a qualquer homem, independente de sua riqueza e poder, é a correção de seu comportamento nas trocas observáveis com os seus dependentes. Não é a assertiva de que os padrões *devem agir* de determinadas maneiras que lhes concede esta

---

<sup>18</sup> Segundo Edward Shils, “o mapa cognitivo e avaliativo do sistema de estratificação é uma alocação diferencial de deferência a uma série de agregados de pessoas na maioria anônimos de acordo com sua proximidade em relação ao centro e assim de acordo com a magnitude de seu carisma presuntivo. O sistema de estratificação de uma sociedade é o produto da imaginação trabalhando sobre fatos inflexíveis de uma alocação desigual de recursos e de prêmios escassos. O carisma é imaginário, mas tem o efeito de ser ‘verdadeiro’ na medida em que se acredita amplamente nele como sendo ‘real’. A deferência que é basicamente uma resposta ao carisma é somente uma questão de opinar mas é uma opinião com motivação profunda e uma resposta a necessidades profundas no que concede e no que recebe a deferência” (1968).

deferência, mas sim o fato de que eles realmente assim *agem*. Histórias sobre comportamentos apropriados ou inapropriados da parte de um superior social circulam pela comunidade local e pelas vizinhanças, fazendo e desfazendo a reputação de um *bom patrão*. Por exemplo, o direito de nascimento do primogênito de uma família proprietária tradicional lhe vai assegurar a colocação na classe alta, mas ele será julgado assim como será sua família com o passar do tempo pela capacidade de manter a reputação que seus ancestrais construíram em muitos anos de interação com o campesinato local. Do mesmo modo, o membro de uma família aristocrática em decadência, privado de terra, despojado de poder, e mantendo um padrão de vida apenas ligeiramente mais alto do que o do campesinato, ainda recebe deferência porque “ele não esqueceu como tratar o povo”.

Por outro lado, as novas elites comerciais que substituíram em muitas comunidades rurais os membros da classe alta tradicional em posições de poder são constantemente comparadas, negativamente, com os “velhos patriarcas” (Johnson 1972; Gross 1970), e os “manda-chuvas” locais que substituem os senhores ausentes nas funções administrativas nas plantações, ou que preenchem vácuos de poder nas comunidades sem elites residentes, são desprezados e temidos porque deixam de satisfazer as expectativas dos camponeses em termos de comportamento apropriado. Como expliquei em *The Raft Fishermen*,

Uma elite proprietária de terra, que inicialmente residia na localidade, mudou-se quando a criação de gado e a produção de sal terminaram. Ela foi substituída por “manda-chuvas” locais que vieram ocupar uma posição de poder dentro da vila. *Os grandes do lugar*, como são chamados pelos pescadores, preencheram o vácuo deixado pelo patrão tradicional. Nascidos na localidade, de famílias de classe baixa, eles na verdade se situam apenas um pouco acima do *status* do camponês pescador, apesar de, na maioria, terem conseguido ganhar mais que os pescadores, e manter um padrão de vida ligeiramente acima da norma. Como um grupo, estes “manda-chuvas” estão mais próximos da subcultura citadina da sede da municipalidade do que da subcultura camponesa local (Wagley e Harris: 438). Em Coqueiral, por assim dizer, eles são os “maiorais”. Muito embora tentem imitar os homens da classe alta da cidade, os “manda-chuvas” locais têm mobilidade social muito limitada. Do mesmo modo que os camponeses a quem eles tendem a desprezar, os

“manda-chuvas” estão permanentemente endividados, tanto com os cultivadores de cana-de-açúcar no que se refere à terra, como com os comerciantes da cidade, em consequência dos exagerados padrões de consumo. Estas dívidas amarram os “manda-chuvas” à vila... O *status* dos “manda-chuvas” locais depende muito do seu grau de identificação com a estrutura de poder tradicional do município em geral. E, através dessa identificação que eles mantêm um controle tênue e indireto sobre a população pescadora local. Eles mantêm sua posição fingindo ter alcançado posição de grande superioridade em relação a seus pares na vila e sendo úteis às verdadeiras fontes de poder no município. Um conhecimento rudimentar de leitura, escrita e aritmética ajuda-os a se diferenciarem da classe baixa na qual se originaram, e que agora pública e constantemente maldizem. Frequentemente são os próprios “manda-chuvas” os responsáveis pela perpetuação do mito de que os camponeses são preguiçosos e ignorantes e não cooperadores. Enquanto o relacionamento entre os camponeses e a elite tradicional é bastante paternalista, caracterizada por um alto grau de dependência e de confiança, os laços que ligam os camponeses aos “manda-chuvas” são constituídos e mantidos na base da intimidação. Embora a classe baixa viva na esperança de mudança, os “manda-chuvas” encaram a preservação do *status quo* como vital para os seus interesses. (Forman 1970: 34-36)

É frequente que a tensão social se faz sentir no Brasil rural quase sempre entre os segmentos mais próximos do sistema social, e não entre grupos de classe alta e de classe baixa estritamente definidos. De fato, não se trata propriamente de conflitos de classe, mas sim de antagonismos intraclasse em nível local, consequência da contínua mudança nas estruturas econômicas e sociais do campo. O crescente absentismo das elites tradicionais, aliado à despersonalização das funções administrativas e das interações econômicas num sistema que se comercializa rapidamente muitas vezes leva à beira de hostilidades potenciais. No entanto, raramente a ira camponesa se dirige à classe dominante. De um modo geral, os camponeses respeitam e admiram os padrões tradicionais, cujas posições no sistema social são tão elevadas que só podem ser vistas com admiração. Quem eles desprezam e temem são aqueles que, antes na mesma situação, “subiram na vida” e agora agem como seus superiores.<sup>19</sup> É possível que os

<sup>19</sup> A comunidade camponesa... pode ver a ascensão de camponeses ricos que acotovelam os companheiros menos afortunados e que se deslocam para o vácuo de poder deixado pelos

camponeses questionem o comportamento de novas elites ou mesmo das tradicionais, mas somente quando estes deixam de se comportar de modo consagrado pelo tempo. Em resumo, não é a expectativa de favores que gera o desprezo, mas sim a competição pelos favores numa situação de limitada mobilidade social. A esse respeito, Harris escreveu:

Imaginar que a situação que acabamos de descrever constitua um caso de “luta de classe” com fundamentos econômicos constituiria uma séria distorção dos fatos. O sentido de opressão não existe na Classe “B” ou na Classe “C”, simplesmente porque todos os membros da comunidade acreditam firmemente na justiça fundamental e na correção do princípio da escala social e dos principais escalões hierárquicos. Não há nada em Minas Velhas que seja mais estável e mais arraigado do que a crença de que algumas pessoas são melhores do que outras, e que as melhores merecem e recebem o melhor. (1952:77).

Embora este sistema seja algumas vezes julgado injusto, é também tido como imutável. Ocasionalmente, o camponês pode questionar a correção de sua posição como perpétuo desfavorecido mas normalmente ele se sujeita à autoridade e cumpre as suas obrigações, como no caso de Fabiano, o vaqueiro à deriva no Nordeste fustigado pela seca, e descrito por Graciliano Ramos em seu brilhante romance *Vidas Secas*:

Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito.

Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se.

---

detentores superiores deste, que bateram em retirada. No curso desta ascensão, eles frequentemente violam as expectativas tradicionais de como as relações sociais devem ser conduzidas e simbolizadas – frequentemente utilizam o poder recentemente adquirido para enriquecer às custas de seus vizinhos (Wolf 1966:a).

Aceitava o cobre e ouvia conselhos. Era bom pensar no futuro, criar juízo. Ficava de boca aberta, vermelho, o pescoço inchando. De repente estourava:

– Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. Quem é do chão não se trepa.

Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia.

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinhá Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão.

Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra.

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, o chapéu varrendo o tijolo. Na porta, virando-se, enganchou as rosetas das esporas, afastou-se tropeçando, os sapatões de couro cru batendo no chão como cascos.

Essa desigualdade básica que tanto prejudica Fabiano não chega a passar despercebida pelas massas de trabalhadores rurais no Brasil, que reconhecem que as relações de troca em que são forçados a entrar com seus patrões são claramente iníquas. Seria errôneo supor que camponeses que sempre levam a pior possam de algum modo alimentar um mecanismo compensatório de satisfação. O simples fato de utilizarem recursos concedidos pelos patrões<sup>20</sup> e de participarem das transações sociais que acompanham as trocas econômicas básicas não significa que eles não vejam a desvantagem fundamental de sua posição, comparando-a com a do patrão, e à qual não podem jamais esperar ter acesso. Valores em troca não são sempre comensuráveis e os indivíduos questionam o ganho relativo que nelas obtêm.

É verdade, claro, que cada parte da relação patrão-dependente auferia benefícios diferentes da transação. O patrão procura maximizar o ganho econômico e político. O dependente procura maximizar a segurança. Cada um elabora, na sua relação de troca, uma estratégia destinada a atingir tais objetivos. Mas as iniquidades existem e são claramente percebidas tanto por patrões quanto por dependentes. O importante é então saber como a desvantagem para o dependente é explicada e racionalizada, de modo que a vantagem para o patrão possa ser justificada. Existe, no Brasil rural, um conjunto de pressupostos sobre o que é o comportamento apropriado nas interações interclasse e esses pressupostos fundamentam a submissão do camponês à autoridade e reforça seu sentido de obrigação numa série de relações de troca desiguais<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Peter Blau é de opinião que "... se o poder para comandar serviços e aquiescência advém do suprimento de benefícios necessários, aqueles que estão sujeitos ao poder não se consideram necessariamente em uma posição desvantajosa..." (1964:228).

<sup>21</sup> Segundo Fallers, A noção de "noblesse oblige", por exemplo, expressa a obrigação do ocupante legítimo de um determinado papel de seguir certos padrões definidos de comportamento. Do ponto de vista da pessoa teve imputada uma posição baixa, a situação é ainda mais complexa. Para ela haverá sempre alguma dificuldade em aceitar, como imutável, uma definição de si própria como imerecedora pela natureza, não importando o que ela possa fazer. Isto não significa, naturalmente, argumentar que ela não possa, de uma certa forma, vir

## Mudança Social em Curso

Antes de encerrar este capítulo, é importante ressaltar mais vez que o sistema social no Brasil rural está em transformação, sobretudo porque a comercialização penetra cada vez mais nas comunidades do interior. A relação patrão-dependente está, em grande parte, em processo de desmantelamento, não apenas porque o absentéismo tende a substituir a autoridade tradicional pelo gerente residente na propriedade, mas também porque é cada vez mais difícil manter e sustentar grandes números de seguidores fixos na terra. Uma série de processos econômicos está causando o deslocamento de massas de camponeses enquanto as panaceias elaboradas pelo Governo não realizam o prometido. Decisões econômicas “racionalistas” sobre o uso da terra e a produção induzem os proprietários a substituir as relações “tradicionais” de dependência pela contratação de trabalho assalariado (ou simplesmente pela dispensa de trabalho), e assim, simultaneamente, os proprietários vão perdendo o controle sobre o fluxo de sinecuras e de informação para os seus municípios.

A partir de 1964, o controle governamental se estendeu aos municípios e às decisões sobre os gastos públicos reduzindo substancialmente a influência do patronato que, durante a maior parte deste século, permitira às elites rurais competir por seguidores, limitando assim a capacidade dos patrões de atender às novas exigências de seus antigos dependentes. Paralelamente, os jornais, o rádio e a televisão, bem como a presença de organizadores vindos das cidades, trazem ao campo mensagens alternativas, que ampliam os horizontes dos camponeses e reduzem a esfera de influência dos patrões. A politização das massas rurais que acompanharam tais desenvolvimentos nas décadas de 1950 e de 1960 resultou em sua participação direta no processo político, apressando a transformação da dependência em clientelismo.

A ocorrência dessas mudanças não deve, entretanto, dar a impressão de se terem registrado transformações fundamentais na estrutura básica da sociedade rural brasileira. Pelo menos, por enquanto, a mobilidade social continua extremamente limitada e sujeita às mesmas restrições estruturais

---

a aceitar sua posição. Significa que uma cultura que apresenta a certas pessoas oportunidades muito maiores para ocuparem as posições mais admiradas também deve oferecer consolo, sob alguma forma, para aquelas pessoas que foram privadas de oportunidades tão “valorizadas” (1963:164)

impostas por uma hierarquia dominante. Ocorreu certa diferenciação na estrutura ocupacional de comunidades rurais, já que a comercialização e a industrialização rural abriram algumas novas oportunidades que foram açambarcadas principalmente pelas elites comerciais e poucos benefícios reais atingiram o campesinato.

As oportunidades de educação também continuaram estritamente limitadas, à exceção de alguns avanços que, nas últimas décadas, levaram a uma ampliação do contingente de alfabetizados. O analfabetismo ainda continua superior a 50 por cento no Brasil, chegando a 100 por cento em certas áreas rurais. As escolas primárias no campo estão muitas vezes a cargo de pessoas semialfabetizadas, que, sem material pedagógico, pouco podem oferecer além do alfabeto aprendido mediante a cópia repetitiva do abecedário e de noções rudimentares de matemática. Muitas pequenas cidades e povoados estão inteiramente desprovidas de escolas e até comunidades mais prósperas que possuem escolas primárias — e mesmo secundárias — sofrem enorme defasagem entre o número crescente de matrículas e a disponibilidade de professores qualificados. A única possibilidade de se obter educação melhor está na obtenção de uma *vaga* na escola da sede municipal onde a criança possa morar com algum parente ou padrinho, ou, então, em um internato de padres onde a instrução se concentra no ensino de ofícios. Este tipo de educação é geralmente seguida pela migração permanente para áreas urbanas, onde as oportunidades de emprego são menos limitadas. (L. Forman 1970).

O que eu quero frisar é simples. Na medida em que a estrutura de oportunidades no Brasil rural se está abrindo lentamente demais em relação à demanda, a transformação mais importante que se evidencia no sistema social do campo parece residir na mudança da relação patrão-dependente para a relação patrão-cliente – mudança essa que resulta da crescente competição, que ocorre, de um lado, dentro das massas rurais na luta pelas limitadas oportunidades disponíveis e, de outro lado, entre os patrões em sua disputa pela clientela de seguidores.

Existem, assim, no Brasil rural, algumas possibilidades de ascensão dentro do sistema social limitadas àqueles que, em função de sua relação com um patrão, podem aproveitar-se das oportunidades disponíveis. Este processo fez surgir um estrato intermediário emergente, composto de novas elites e “manda-chuvas” locais que no momento ocupam uma posição de

certo modo ambígua na estrutura social, ao mesmo tempo alienados do campesinato e da classe alta. Alguns chegam a alcançar posições de poder que lhes permitem desafiar a autoridade das elites tradicionais (Gross 1970). Outros aceitam o destino do presidente da associação de pescadores de Coqueiral. Este, em seu desejo de imitar a classe proprietária, optou por aceitar uma pequena fazenda que os donos do engenho de açúcar lhe ofereceram. Estes preferiram adiantar-lhe o dinheiro da compra e contratar com ele a moagem de sua cana, ao invés de estender o tamanho de suas próprias terras. Citando mais uma vez *The Raft Fishermen*,

Muito embora usufrua de grau relativamente elevado de mobilidade, o presidente da associação de pescadores não é aceito nem pela classe baixa nem pela alta. É desprezado pelos pescadores porque os persegue constantemente, e é usado — mas não aceito — pela classe alta. Embora tenha uma das melhores casas do povoado e um padrão de vida consideravelmente superior à norma, o Sr. Nilo está sujeito às mesmas restrições sociais e recreacionais que se aplicam aos mais pobres dos pescadores. Ele não é convidado às casas dos membros da classe alta de Guaiamu, e os produtores de cana-de-açúcar do vale não o visitam quando passam suas férias em Coqueiral. O Senhor Nilo, de sua parte, recusa-se a participar da vida social do povoado. Não assiste aos jogos de futebol aos domingos, nem vai às apresentações de música e dança folclórica de que os pescadores gostam tanto. Ele pode sustentar os seus filhos na sede do município, mas, para não terem de andar os sete quilômetros em cada sentido para ir à escola melhor em Guaiamu, eles são obrigados a viver numa casa velha e mal equipada, que antes pertencia aos parentes da mulher de Nilo. O Sr. Nilo possui propriedades, mas está endividado: ele tem posição, mas à custa dos pescadores. Ele os censura por sua preguiça, mas é também um ocioso. O tamanho de seu negócio não exige sua presença na fazenda mais do que um dia por semana (exceto durante a colheita), de modo que a maior parte do tempo ele passa à toa no povoado. (Forman 1970: 27-28).

Este é, então, um dos preços da mobilidade social. A relação patrão-dependente abre o caminho para certos indivíduos, que depois se vêem lutando contra o teto que limita as possibilidades de sua realização. Ou eles se acomodam à tormenta do mundo que fizeram para si próprios, ou então eles lutam abertamente para conquistar o mundo fora do seu alcance. Em todo caso, o simples aparecimento de tais personagens promete apressar o curso da mudança social.